



Requalificação do Espaço Público Urbano

Caso de estudo – Bairro Olival de Fora

Inês Neto Capaz Coutinho Fernandes

Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em

Arquitectura Paisagista

Orientador: Doutor Luís Paulo Almeida Faria Ribeiro

Co-orientador: Mestre Arquitecta Paisagista Catarina Gonçalves Rodrigues Vieira
Conde

Júri:

Presidente: Doutor Francisco Manuel Cardoso de Castro Rego, Professor Associado do Instituto Superior de Agronomia da Universidade Técnica de Lisboa.

Vogais: Doutor Luís Paulo Almeida Faria Ribeiro, Professor Auxiliar do Instituto Superior de Agronomia da Universidade Técnica de Lisboa;

Mestre Selma Beatriz de Almeida Nunes da Pena Baldaia, Assistente do Instituto Superior de Agronomia da Universidade Técnica de Lisboa na qualidade de especialista.

Lisboa, 2012

Agradecimentos

Ao meu orientador, Professor **Luís Paulo Faria Ribeiro**

À minha co-orientadora, Arquitecta **Catarina Conde**

Ao Urbanista, **Luis Sousa**

À minha **Mãe**

Ao meu **Pai**

À minha **Irmã**

À minha **Avó**

Aos meus **Avós**

Ao **António**

Ao **Tony**

Ao **Miguel**

Ao **João**

Ao **Sérgio**

À **Ana**

À **Concha, Marta, Mauro, Rita e Pi**

À **Rita L., David, Manuel e Zé**

A todos, um enorme e sincero **OBRIGADO!**

Resumo

O espaço público constitui, por excelência, o espaço da vida comunitária. Actualmente, procura-se a introdução de valores que, de alguma forma, foram esquecidos ou aparentam ter sido.

A crescente procura e preocupação, por parte dos cidadãos, por espaços cada vez mais qualificados, leva a que os espaços públicos sejam adequadamente projectados aquando do planeamento urbano. Em qualquer altura, mas sobretudo em tempos conturbados, tal como os dias que actualmente vivemos, os cidadãos escolhem inevitavelmente o espaço público para se fazerem ouvir.

O presente trabalho pretende demonstrar que a qualidade por vezes perdida em determinadas zonas pode ser novamente adquirida através da requalificação. Tendo em consideração as características inerentes ao espaço público, é possível projectar espaços que possibilitem a vida comunitária, que é muitas vezes inexistente na sociedade actual.

Os cidadãos então cada vez mais exigentes em relação à qualidade do seu espaço público; através do projecto de Arquitectura Paisagista os espaços públicos podem, neste caso, voltar a adquirir qualidade.

Palavras-chave: Espaço público, Projecto de Arquitectura Paisagista, Requalificação, Avaliação da qualidade, Indicadores de qualidade.

Abstract

The public space is, par excellence, the space for the community life. Currently, the introduction of values is demanded, although some of those values appear to have been forgotten.

As far as citizens are concerned, their growing demand and care for more qualified areas leads to taking public spaces into account when urban planning is put up. At any time, but especially in troubled periods, as those we live today, people will inevitably choose to be heard in the public space.

This study aims to demonstrate that the quality formerly present in some areas can be gained again through requalification. Regarding the specific characteristics of the public space, spaces can be designed in order to make community life possible, which is often lacking in today's society.

The citizens are more demanding about the quality of the public space; through the project of Landscape Architecture, the public spaces, in this case, get quality back.

Keywords: Public space, Landscape Architecture project, Requalification, Quality assessment, Quality indicators.

Extended Abstract

Public space, the space of the societies' life par excellence, since Ancient Greece and Rome, has always existed even though not as we know it today. Continued changes occurred in the social, economic and environmental context, changing the habits of citizens and these changes being reflected in public space. It was in the Industrial Revolution that the public space has changed more, keeping its changes until the present, with one of its greatest "discoveries," the motor car.

The motor car has brought us a range of solutions in transportation, causing yet what would become one of the biggest problems of nowadays. Cities became developed depending on the car, leaving the citizens at the background, forgetting that they are built by the people and people need space and public space - to do it.

One of the great concerns in today's society is the demanding for public space, the space that rightfully belongs to the citizens, the space where society becomes visible and where each individual has his own place. One pursues the returning to the rhythm of the past. But once the public space is consolidated, we need to re-invent it and (re)qualify it.

Nowadays, cities are facing with the problem of overpopulation, causing the migration of citizens to the suburbs. Not as an absolute rule, but on a regular basis, it's the lower class people that tend to migrate to the suburbs, creating lower quality neighborhoods and reflecting the need for redevelopment. In a decade marked by a huge lack of economic and social resources but also social, redeveloping the public space in those areas is of major importance.

Therefore, this paper comes up in this perspective, trying to show that, as far as public spaces are concerned - even though poor but full of meaning - one can reinvent them and reclassify them.

Índice

1. Introdução	1
2. Metodologia.....	3
3. Espaço Público.....	4
3.1. Conceito.....	4
3.2. Evolução do Espaço Público	4
3.3. Critérios do Espaço Público	6
3.4. Tipologias de Espaço Público	14
3.5. Espaços Públicos Sustentáveis.....	16
3.6. Conclusões	18
4. Requalificação do Espaço Público Urbano	19
4.1. Conceito de Requalificação.....	19
4.2. Programas de Intervenção de Requalificação do Espaço Público Urbano	20
4.3. Métodos de Avaliação da Qualidade do Espaço Público.....	22
4.3.1. Método de Avaliação - Project for Public Spaces – Diagrama do Lugar.....	22
4.3.2. Método de Avaliação – Urban Design Alliance - Placecheck.....	27
4.3.3. Método de Avaliação – O Chão da Cidade - Checklist	29
4.4. Conclusões	31
5. Requalificação e Projecto de Arquitectura Paisagista.....	32
5.1. Ambiente urbano e qualidade de vida	32
5.1.1. Conceito de Ambiente Urbano	32
5.1.2. Conceito de Qualidade de Vida.....	33
5.1.3. Conceito de Qualidade do Ambiente Urbano	34
5.2. Espaços Verdes Urbanos – Componente do Ambiente Urbano	37
5.2.1. Evolução dos Espaços Verdes Urbanos	37
5.2.2. Benefícios dos Espaços Verdes Urbanos	37
5.2.2.1. Benefícios Ecológicos.....	37
5.2.2.2. Benefícios Sociais	37
5.2.2.3. Benefícios Estéticos	37

5.3. Dimensões Humanas do Espaço Público.....	41
5.4. Indicadores de Qualidade do Ambiente Urbano	44
5.5. Conclusões	44
6. Caso de Estudo – Bairro Olival de Fora.....	45
6.1. Localização e Enquadramento do Bairro Olival de Fora.....	45
6.2. Génese do Bairro Olival de Fora	46
6.3. Caracterização do Bairro Olival de Fora.....	47
6.3.1. População.....	47
6.3.2. Habitação.....	48
6.3.3. Equipamentos, serviços e condições de vida.....	48
6.3.4. Principais problemas.....	49
6.4. Programa de Reabilitação Urbana	49
6.5. Cartas de análise do local	50
6.5.1. Estrutura Verde.....	50
6.5.2. Espaço Público	51
6.5.3. Tipologia dos Edifícios	51
6.5.4. Usos dos edifícios.....	52
6.6. Selecção e cálculo dos Indicadores de Qualidade Ambiental.....	53
6.7. Proposta de Requalificação do Espaço Público do Bairro Olival de Fora	55
6.7.1. Intenções	55
6.7.2 Proposta	56
7. Conclusão	621
8. Referências bibliográficas	62
ANEXOS.....	I
Anexo A: Método de avaliação – Urban Design Alliance - Placecheck.....	I
Anexo B: Método de avaliação – O Chão da Cidade - Checklist	IX

Lista de Quadros

Quadro 1 – Tipologias de Espaço Público (fonte: Brandão, 2008).....	14
Quadro 2 – Síntese dos programas de intervenção no Espaço Público	21
Quadro 3 – Checklist das características gerais do espaço público (fonte: Brandão, 2002) .	30
Quadro 4 – Componentes e respectivos factores da qualidade do ambiente urbano (fonte: Partidário, 2000).....	36
Quadro 5 – Benefícios proporcionados pelo material vegetal (adaptado de: Almeida, 2006)	38
Quadro 6 – Dimensões Humanas do Espaço Público Urbano (adaptado de Alves, 2003) ...	43
Quadro 7 – Indicadores seleccionados para o Bairro Olival de Fora	54

Lista de Figuras

Figura 1 – As dimensões da Sustentabilidade (adaptado de: Benson e Roe, 2007)	12
Figura 2 – Diagrama do Lugar (adaptado de Project for Public Spaces)	24
Figura 3 – Ilustração dos inúmeros benefícios ecológicos das árvores (fonte: Almeida (2006)	39
Figura 4 – Localização do Bairro Olival de Fora Vialonga (fonte: www.bing.com/maps/ , 2011	46
Figura 5 – Zona de intervenção Bairro Olival de Fora (fonte: www.bing.com/maps/ , 2011. 46	
Figura 6 – Carta de Análise 01 Estrutura Verde.....	50
Figura 7 – Carta 02 Espaço Público	51
Figura 8 – Carta 03 Tipologias dos Edifícios.....	52
Figura 9 – Carta 04 Usos dos Edifícios.....	52
Figura 10 – Ante – Projecto 05 Plano Geral.....	56
Figura 11 – Situação actual - estacionamento central (foto de autor, 2011).	57
Figura 12 – Situação actual – caldeiras das árvores (foto de autor, 2011).....	57
Figura 13 – Situação actual dos limites – taludes (foto de autor, 2011)	58
Figura 14 – Situação actual – áreas ajardinadas de enquadramento (foto de autor, 2011) ..	59
Figura 15 – Situação actual – mobiliário urbano (foto de autor, 2011)	60

Lista de Abreviaturas

apud – Citação indirecta, retirada de fonte citada pelo autor da obra consultada.

CM-VFX – Câmara Municipal de Vila Franca de Xira.

EEA – European Environment Agency's.

OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico.

POLIS – Programa de Requalificação Urbana e Valorização Ambiental de Cidades.

PPS – Project for Public Spaces.

PRAUD – Programa de Recuperação de Áreas Urbanas Degradadas.

PROCOM – Sistema de Incentivos a Projectos de Urbanismo Comercial.

PROQUAL – Programa Integrado de Qualificação das Áreas Sub-urbanas da Área Metropolitana de Lisboa.

PRU – Programa de Reabilitação Urbana.

URBCOM - Sistema de Incentivos a Projectos de Urbanismo Comercial.

1. Introdução

O espaço público, local por excelência da vida das sociedades, tem vindo a evoluir desde a Grécia e Roma Antigas, assumindo-se sempre como um lugar de referência nos diferentes contextos históricos e culturais, sempre existiu.

Sucessivas modificações no contexto social, económico e ambiental ocorreram, alterando os hábitos dos cidadãos e tendo essas alterações vindo a ser reflectidas no espaço público.

É com a Revolução Industrial que o espaço público mais se alterou profundamente, mantendo essa alteração até aos dias de hoje, com uma das suas grandiosas “descobertas”, o automóvel.

O automóvel trouxe-nos uma panóplia de soluções, a nível do transporte, acarretando no entanto o que viria a ser um dos maiores problemas dos dias de hoje. As cidades passaram a desenvolver-se em função dos automóveis remetendo os cidadãos para segundo plano, esquecendo que são eles que fazem as cidades e que para tal necessitam de espaço, espaço público qualificado.

Na sociedade actual uma das grandes preocupações é recuperar e garantir o espaço dos cidadãos, o espaço que é seu por direito, onde a sociedade se torna visível e onde cada indivíduo tem o seu lugar próprio. Procura-se recuperar à cadência de outrora. Considerando que o espaço público se encontra consolidado, há que reinventá-lo e (re)qualificá-lo.

Actualmente, os centros das cidades deparam-se com o problema da concentração e por vezes da sobrepovoação, o que provocou um êxodo por parte dos cidadãos para as zonas periféricas. Não sendo regra mas acontecendo com bastante frequência, é na periferia que se encontram os bairros com menor qualidade, consequência de um crescimento rápido e nem sempre bem planeado, e se vê o espaço público carente de requalificação

Numa época em que se verifica uma elevada falta de recursos económicos e também sociais, a ideia de requalificar o espaço público essencialmente destes locais adquire uma elevada importância.

A consciencialização deste problema levou a que diversos programas de requalificação do espaço público tenham surgido nos últimos anos.

Assim, é nesta perspectiva que surge a presente dissertação, tentando demonstrar que, no caso dos espaços públicos mais carenciados de qualidade mas repletos de significados, é possível reinventá-los e requalificá-los.

O trabalho desenvolvido só foi possível com a colaboração do Município de Vila Franca de Xira, especificamente com a Divisão de Quintas Municipais e Espaços de Lazer do Departamento de Qualidade Ambiental e Sustentabilidade, com a co-orientação da Arquitecta Paisagista Catarina Conde.

2. Metodologia

Para a realização da presente dissertação, em primeiro lugar procurou-se analisar os conceitos relativos ao espaço público, um bom entendimento das características inerentes ao espaço público serviu de base à fundamentação do objectivo final, uma proposta de requalificação do espaço público (capítulo 6).

Em seguida procedeu-se à análise dos programas acerca desta temática existente em Portugal até à presente data; servindo assim, para reforçar a ideia de que o espaço público merece ser alvo de atenção devido à importância que possui no domínio da vida dos cidadãos. No entanto, os programas implantados deveriam ser alvo de avaliações regulares a fim de se conhecer o estado do espaço público, alvo de determinado programa/projecto; não só por parte das entidades responsáveis mas também por parte de quem os vive, os cidadãos. Seria certamente bastante útil que existissem essas avaliações de forma a tornar mais simples a intervenção por parte das entidades gestoras na resolução de eventuais problemas.

De forma a quantificar a qualidade do ambiente urbano do caso prático, o Bairro Olival de Fora, procedeu-se à selecção e respectivo cálculo dos indicadores seleccionados.

Todos estes passos tiveram o intuito de sustentar a proposta de requalificação apresentada.

3. Espaço Público

“El espacio público es el de la representación, en el que la sociedad se hace visible.”

Jordi Borja

3.1. Conceito

O conceito de espaço público é estudado e definido por diversas áreas, desde a Arquitectura, Arquitectura Paisagista à Geografia passando obrigatoriamente pela Sociologia. São diversos os autores que se focam nesta temática discutindo e atribuindo uma elevada importância ao conceito.

Em termos gerais quando se pensa em espaço público, conseguimos defini-lo como um espaço físico ao qual qualquer cidadão poderá e deverá ter livre acesso. Pensa-se, em primeira instância, nos parques e jardins urbanos, nas ruas e praças, mas também nos centros comerciais, que embora sejam de domínio privado, o seu acesso é público. Mas espaço público é mais do que isso.

De acordo com Borja (2001), geógrafo e urbanista, o espaço público não é meramente o espaço vazio entre edifícios e ruas, nem um espaço vazio considerado público por razões exclusivamente jurídicas. É mais do que isso. É um espaço multifuncional que serve de palco à sociedade; é um espaço físico, simbólico e político onde as relações sociais se estabelecem. Borja, afirma também, que contar a história do espaço público é contar a história da própria cidade, e que a qualidade da cidade poderá ser avaliada através do seu espaço público, pois indica a qualidade de vida dos cidadãos e o seu grau de cidadania.

Diversos autores, como Indovina (2002 *apud* Antunes, 2009), Lynch (1960 *apud* Antunes, 2009) e Jacobs (1961 *apud* Antunes, 2009) reiteram a definição de Borja, enfatizando o valor estruturante do espaço público, afirmando que “*a cidade é o espaço público.*” Em todas as épocas, sociedades e regimes políticos, o espaço público, é considerado o espaço onde “o poder se torna visível, onde a sociedade tem melhor oportunidade de se expressar, e é também nele que o simbolismo colectivo se materializa.” (Brandão e Remesar, 2004).

3.2. Evolução do Espaço Público

O conceito de que a cidade possui um espaço dedicado aos cidadãos e à vida enquanto comunidade não é actual, existe desde há muitos séculos. Não pretendendo apresentar uma descrição exaustiva da evolução do espaço público, apresenta-se um breve resumo acerca desta temática.

A Ágora Grega e o Fórum Romano são talvez os primeiros espaços projectados de que há registo claro, com o intuito de serem espaços públicos, espaços feitos para os cidadãos que possibilitem a sua vida enquanto sociedade. A Ágora consistia num espaço público localizado no centro da Polis onde os cidadãos se reuniam para debater questões inerentes à sociedade. Era o espaço onde actividades políticas, comerciais e religiosas tinham lugar. O Fórum à semelhança da Ágora encontrava-se no centro da cidade rodeado por edifícios públicos do centro simbólico e por edifícios públicos importantes. Era o espaço da cidadania, da política, da religião e do comércio, tal como na Grécia Antiga (Ávila, 2011).

Posteriormente, na Idade Média, a cidade é um espaço fechado, delimitado por muralhas e contendo um castelo. Entrava-se através da sua “porta” e deambulava-se por ruas estreitas que iriam terminar em praças. A praça torna-se o elemento do espaço público; “aliás é, um concentrado de recursos económicos e especificidades culturais que caracterizam as diversas cidades e como tal funcionou desde a época medieval até aos nossos dias” (Favacchio, 2002, pp. 13). A praça resultava de um vazio na estrutura urbana e funcionava como um largo onde se desenvolviam actividades sociais e comerciais. A cidade medieval cresceu e desenvolveu-se sem ordem pensada e estruturada, onde se ligavam os seus diversos elementos que constituíam o espaço público. (Almeida, 2006).

Na cidade Renascentista, a rua constitui o elemento estruturante da organização da cidade, servindo como elo de ligação e acesso de todos os pontos da cidade. É nesta altura que as árvores começam a ser inseridas no traçado da cidade por razões funcionais, estéticas e climáticas. A praça deixa de ser um vazio resultante da malha urbana e passa a ser um ponto central desenhado e projectado da cidade, onde os principais edifícios e monumentos eram erguidos. Continua, no entanto, a ser um espaço de elevado valor político e social e também artístico e simbólico. “Apresenta-se como um cenário, espaço decorado e embelezado, simbolizando competência e prestígio.” (Almeida, 2006, pp. 135).

A partir do Barroco o quarteirão ganha um novo valor na forma, desenho e integração da malha urbana. O quarteirão é limitado por vias que delimitam edifícios e lotes. Os alinhamentos de árvores ao longo das ruas continuam nesta época a constituir uma importante alteração desde o Renascimento, assumindo uma elevada importância na definição de eixos e da monumentalidade dos edifícios. (Almeida, 2006)

É no século XIX, que o desenvolvimento de novas tecnologias e o crescente interesse pela ciência ganha expressão impulsionando a Revolução Industrial. A nova “era” trouxe naturalmente alterações às cidades e, conseqüentemente, ao espaço público. Uma das conseqüências foi a concentração de população nas cidades. Os significados de outrora do espaço público perderam-se passando a criação do espaço a ser feita com princípios utilitários e funções específicas a determinadas classes (Favacchio, 2002). É certo que os jardins já existiam, mas é nesta altura que se tornam num importante elemento urbano e que

surge a Arquitectura Paisagista. “O conceito de espaço verde, com utilidade colectiva e local de convívio social, remonta a um passado antigo (...). A apropriação pública dos espaços verdes da cidade surge, principalmente, depois da Revolução Industrial, em sintonia com as crescentes preocupações higienistas em melhorar a qualidade de vida na cidade industrial.” (Almeida, 2006, pp. 131).

A revolta contra a industrialização manifestou-se, “dizendo” os entendidos, que se deveria retornar ao “natural”, favorecendo a qualidade no que se refere à água, iluminação natural, jardins e espaços de recreio. Assim, a cidade industrial começa a ser posta em causa. A reflexão sobre as cidades industriais leva a que o espaço público seja por vezes privilegiado em função da circulação e outras vezes em função da vida comunitária. No Modernismo, o espaço público segue a linha orientadora que define este movimento, a função. Surgem espaços fragmentados e destrutturados, como espaços residuais entre os edifícios, muitos deles sem alma, onde o seu uso era só um.

Já na década de 80 volta-se a questionar esta construção do espaço público, voltando à necessidade de criar espaços onde seja possível a existência de uma maior qualidade de vida. (Francisco, 2005)

Actualmente tenta-se renovar o(s) espaço(s) público(s), de forma a criar espaços com alma e onde os cidadãos voltem a fazer a sua vida social, sendo dada uma maior importância à identidade do local e à participação pública.

3.3. Critérios do Espaço Público

Sendo o espaço público o espaço de excelência para a formação das comunidades, torna-se imperativo que este contenha determinadas características/critérios gerais para que possibilite o desenvolvimento da vida social.

De acordo com Brandão (2002), as características/critérios gerais essenciais que o espaço público deve contemplar a fim de garantir que é um espaço de vivência e onde torna possível a vida social dos cidadãos são: A – **Identidade**, B – **Continuidade | Permeabilidade**, C – **Segurança | Conforto | Apazibilidade**, D – **Mobilidade | Acessibilidade**, E – **Inclusão e Coesão Social**, F – **Legibilidade**, G – **Diversidade | Adaptabilidade**, H – **Resistência | Durabilidade** e, por fim, I – **Sustentabilidade**.

Em seguida apresenta-se cada uma das características detalhadamente.

A - Identidade

Um lugar possui a sua própria identidade, estando relacionada com as características. Advêm da forma como os indivíduos se apropriam e relacionam com o lugar. Locais com

identidade própria são aqueles que facilmente nos recordamos e onde existe uma relação equilibrada do Homem com o meio envolvente.

Para a identidade dos lugares concorrem diversos elementos, nomeadamente:

- Físicos e biológicos: clima, água, flora, solo e a fauna;
- Humanos (sócio-económicos, culturais, históricos e ambientais): arquitectura, elementos urbanos (pavimentos, fontes, mobiliário urbano e iluminação), escala, cor, textura, costumes e tradições, arte e artesanato, demografia, actividades económicas estruturantes, materiais e métodos construtivos, recursos internos e outros fenómenos.

Existe um grupo de conceitos que aparecem ligados ao próprio conceito de identidade na tentativa de um melhor entendimento (Brandão, 2008):

- Memória colectiva – É construída por várias layers. Cada pessoa possui a sua memória individual e a memória colectiva, isto é, a capacidade de recordar o meio envolvente. É uma soma de referências ligadas ao passado, a pessoas e acontecimentos especiais, a alterações técnico-económicas (fábricas, energia e transportes) e a hábitos culturais relacionados com o espaço. O espaço físico possui um interesse especial para cidadãos que vivam no mesmo sítio há muitos anos. O desaparecimento de uma rua, edifício ou árvore pode ser um acontecimento bastante marcante.

- Uso e apropriação do espaço – A apropriação de um espaço significa que os cidadãos se identificam com o lugar e com os objectos. Se os cidadãos se identificarem com o espaço, terão cuidados e preocupações que, se não se identificassem, não teriam; e certamente a sua conduta será de conservar, manter, cuidar e vigiar.

- Espírito do lugar – Espírito do lugar ou *Genius Loci* segundo Norberg-Schulz, é o conceito que define que um lugar significa muito mais do que a sua localização. O “Lugar” está cheio de significados. Este conceito resulta da combinação das necessidades humanas com o sítio natural. O *Genius Loci* confere a esse lugar um carácter único que o distingue dos outros. (Magalhães, 2001).

O espírito do lugar pode encontrar-se em diversos elementos urbanos tais como, a paisagem, a arquitectura, o ambiente e os hábitos. Será que todos os lugares têm o seu próprio espírito? Ou será que é de espírito do lugar que a maioria dos sítios carece?

- Redução da identidade, cidade – espectáculo e publicidade – Actualmente, nas cidades, os monumentos perderam destaque relativamente à publicidade; os monumentos foram sendo “substituídos” por painéis publicitários de grandes dimensões, o que faz com que ofusquem o que deveria ser alvo de atenção. “Quando o espaço deixa de ser realidade cultural e se transforma em produto transaccionável (o que “vende”), necessita de uma aparência de diferenciação competitiva, mas que na realidade corresponde à redução da sua própria identidade.” (Brandão, 2008, pp. 17)

- Organização simbólica do espaço – arte e democracia – A toponímia, os momentos, a arquitectura são elementos que nos permitem facilmente reconhecer o simbolismo do espaço público. Numa democracia a construção simbólica do espaço público faz-se através da participação dos cidadãos no seu desenho. Já nos regimes totalitários a simbologia do espaço público é imposta aos cidadãos sem que possam intervir na decisão comum.

B - Continuidade | Permeabilidade

Para que o tecido urbano possua uma estrutura coerente e não uma estrutura fragmentada, com espaços desligados e desconectados, o conceito de continuidade revela-se de extrema importância. A continuidade deve ser garantida ao nível da estrutura verde, das redes de circulação (pedonal, rodoviária e ciclável), do saneamento e dos serviços públicos (transportes, iluminação, etc.)

A permeabilidade, definida como a possibilidade de ligação visual e física com a envolvente, contribui para a conexão das diversas estruturas constituintes do espaço urbano.

C - Segurança | Conforto | Apreciação

Um espaço público que seja confortável, seguro e agradável, que funcione eficazmente para toda a população, deverá ter em conta diversos aspectos estruturais. As acessibilidades, a manutenção, a resistência ao vandalismo, a iluminação, bem como a escolha de mobiliário urbano e dos equipamentos devem ser tidos em consideração ao longo de todo o processo.

O conforto dos espaços públicos depende essencialmente dos seguintes factores:

- Clima – a temperatura, a humidade, a insolação, a precipitação e o vento;
- Qualidade acústica – o espaço deverá ser protegido do ruído através da vegetação, da sua implantação, do pavimento, etc.
- Qualidade visual – pontos de iluminação natural e artificial, pontos de abertura visual;
- Qualidade do ar – a vegetação é o grande filtro do ar, melhora em muito a qualidade do ar;
- Qualidade ergonómica dos equipamentos e do espaço – os equipamentos implantados devem ter como principal objectivo o conforto dos cidadãos visando a sua permanência;
- Segurança – parte do conforto experienciado pelos cidadãos passa pela segurança do espaço;
- Conservação e limpeza do espaço – um local limpo e conservado, seguramente promoverá o conforto dos cidadãos;

- Vegetação – a vegetação torna-se um elemento fulcral do espaço público, tal como já foi referido, por servir de filtro do ar e por ser uma barreira do som, mas também porque possibilita zonas ensombradas e de conforto, regulando o microclima e também a vegetação e podendo tornar-se um ponto marcante de um lugar;

- Água – pode ser utilizada na sua forma natural ou em formas construídas e contribui, tal como a vegetação, para a regulação do microclima do lugar; no entanto, é necessário ter em conta cuidados de segurança na sua concepção;

- Materiais de construção – pelas suas características físicas, também contribuem para o conforto, segurança e apazibilidade do espaço.

D - Mobilidade | Acessibilidade

Os espaços públicos devem ser acessíveis, física e socialmente, a todas as pessoas; devem estar preparados para permitir o usufruto por parte de todos os cidadãos, idosos, crianças, invisuais, pessoas que se deslocam em cadeiras de rodas ou com auxílio de canadianas, etc, possibilitando condições de usufruto iguais ou semelhantes às dos demais utentes.

Por vezes ambos os conceitos são confundidos, é necessário clarificá-los. Melo (2005) define acessibilidade como a maior ou menor facilidade em se alcançar determinados destinos desejados (serviços e actividades) e mobilidade como a maior ou menor capacidade de deslocação para atingir tais objectivos.

De acordo com o *Conceito Europeu de Acessibilidade* (2005) um meio físico (meio físico natural e meio físico construído) acessível deverá ser:

- Respeitador – deverá incluir todos os tipos de cidadãos, ninguém se deverá sentir marginalizado;

- Seguro – deverá ser isento de perigos para todos os cidadãos;

- Saudável – deverá estar isento de riscos para a saúde dos cidadãos;

- Funcional – deverá ser desenhado e projectado de forma a cumprir o objectivo para o qual foi elaborado sem problemas ou dificuldades;

- Compreensível – a percepção e compreensão do espaço é fulcral para que os cidadãos se orientem sem qualquer dificuldade, sendo necessária uma informação clara (sinalética) e a disposição dos espaços funcional e coerente;

- Estético – deverá ser esteticamente agradável ao maior número de pessoas possível.

É com base nestes dois conceitos que surge o conceito de desenho inclusivo. É definido como “o desenvolvimento de produtos e ambientes que permitam a utilização por pessoas de todas as capacidades. Tem como principal objectivo contribuir, através da construção do meio, para a não discriminação e inclusão social de todas as pessoas.” Simões & Bispo

(2006) É fulcral que o desenho inclusivo esteja sempre presente no pensamento dos projectistas do espaço público.

Ambos os critérios – mobilidade e acessibilidade – dependem de diversos factores:

- Localização e distribuição dos usos;
- Oferta de meios de transportes;
- Condicionamentos da locomoção (obstáculos com que nos deparamos – as barreiras físicas, a topografia do terreno, o pavimento, etc.);
- Soluções de apoio/suporte às pessoas com mobilidade reduzida, idosos e deficientes;
- Grupos etários que utilizam cada espaço – as crianças e os idosos possuem menor mobilidade;
- Género – os homens possuem maior mobilidade que as mulheres;
- A categoria sócio-económica e os rendimentos – as classes mais elevadas possuem maior poder de mobilidade;
- Cultura – algumas culturas encaram com maior naturalidade o facto de terem que percorrer maiores distâncias. O conceito de distância e declive varia com o contexto geográfico e cultural de cada comunidade.

Após a definição e o entendimento dos dois conceitos, entende-se que é essencial que o espaço público:

- Promova a coexistência entre diferentes tipos de deslocação (pedonal, ciclável e automóvel);
- Evite a criação de barreiras arquitectónicas;
- Promova a segurança;
- Delimite determinados espaços (parques infantis, recintos desportivos, etc.);
- Contribua para circulação confortável em zonas com acentuados declives;
- Possibilite a circulação de veículos de serviços de emergência entre outros (ambulâncias, carros de bombeiros, protecção civil, etc.).

E - Inclusão | Coesão social

Os espaços públicos são espaços de encontro entre pessoas, deverão por isso potenciar as relações humanas. Assim, devem poder ser utilizados por todas as pessoas independentemente do sexo, raça, idade, etnia, convicção política, crença religiosa e nível etário.

Nos últimos anos tem-se assistido a uma enorme pressão exercida sobre o espaço público por parte de diversos agentes económicos e concessionários, sendo que muitas das funções atribuídas não trazem qualquer benefício social. Veja-se, por exemplo, o caso das esplanadas à beira Tejo, que estão completamente dirigidas a determinado estatuto social,

banindo assim o carácter inclusivo que deveriam ter, no entanto, com o aumento das condições de circulação com segurança na frente Tejo os vários usos possíveis (andar de bicicleta, caminha, etc.) têm atraído um público heterogéneo. O espaço público deverá ser o mais abrangente possível e um factor de coesão social, potenciando a utilização por todos os indivíduos sem excepção.

F - Legibilidade

Legibilidade ou clareza refere-se à “facilidade com que as partes podem ser reconhecidas e organizadas numa estrutura coerente” (Lynch, 2009, pp. 10). Um espaço legível é assim um espaço onde os elementos são claros e concretos e contribuem para que a sua imagem seja facilmente identificável e reconhecível.

“Uma estrutura física e integral, capaz de produzir uma imagem clara, desempenha também um papel social. Pode fornecer a matéria-prima para os símbolos e memórias colectivas da comunicação entre grupos. Uma paisagem impressionante foi a base sobre a qual muitas raças primitivas erigiram os seus mitos socialmente importantes.” (Lynch, 2009, pp. 12).

Segundo o mesmo autor existem cinco elementos físicos estruturantes da imagem urbana e que contribuem em muito para a sua legibilidade; são eles as vias, os limites, os bairros, os cruzamentos e os pontos marcantes. Destacar e criar (ou recriar) estes cinco um destes elementos contribui para a execução dos mapas mentais de cada indivíduo. Cada um de nós produz o seu mapa mental de determinado sítio, seja do seu bairro, vila ou cidade.

G - Diversidade | Adaptabilidade

O espaço público deverá ser um espaço multifuncional. É importante que dê lugar a diversas e variadas actividades; irá distinguir-se e atrair cidadãos, induzindo a cada utente percepções e significados diferentes. Além de multifuncional, um espaço público deverá ser adaptável, isto é, estar preparado para responder às mudanças que a evolução poderá trazer. A sociedade muda os seus padrões de vida cultural e sócio-económicos no decorrer do tempo e os espaços devem ter possibilidade de mudança, bem como devem adaptar-se a novos usos e novas finalidades se assim for necessário.

H - Resistência | Durabilidade

A resistência e durabilidade dos materiais e equipamentos utilizados são de extrema importância para a longevidade do espaço. É necessário considerar quem serão os utilizadores do espaço, as funções às quais são destinados e a intensidade da sua utilização. Infelizmente ainda é necessário uma vigilância e a afixação de regras de utilização para que a duração dos equipamentos seja a maior possível. Quando se projecta determinado espaço a qualidade de equipamentos e materiais deve ser tida em conta e os factores humanos e bióticos devem ser sempre ponderados.

I - Sustentabilidade

O conceito de sustentabilidade tem sido alvo de muita atenção nos últimos anos. Sendo um conceito com diversas definições, mais ou menos complexas, muito se tem desenvolvido acerca deste tema. A definição que mais unanimidade reúne pelos estudiosos do conceito refere que a sustentabilidade só é conseguida se as três dimensões – social, ambiental e económica – estiverem reunidas (figura 1) (Benson e Roe, 2007). Por dimensão social entende-se a equilibrada distribuição dos recursos entre as gerações actuais e as futuras. A dimensão ambiental pressupõe uma visão ecologista de forma a conservar e proteger o meio ambiente de que dependemos garantindo a perpetuação da vida humana. Por fim, a dimensão económica visa o desenvolvimento económico com a crescente preocupação da qualidade de vida pessoal sem prejudicar as condições de vida de terceiros ou das gerações futuras. (Fonseca, Pimentel e Vasconcelos, 2005). Contudo, a sustentabilidade não pode nem deve ser avaliada com base em soluções únicas. Cada caso é um caso diferente. É necessário entender bem os objectivos e o contexto. Uma solução pode ser sustentável ou não consoante a situação em que nos encontramos.

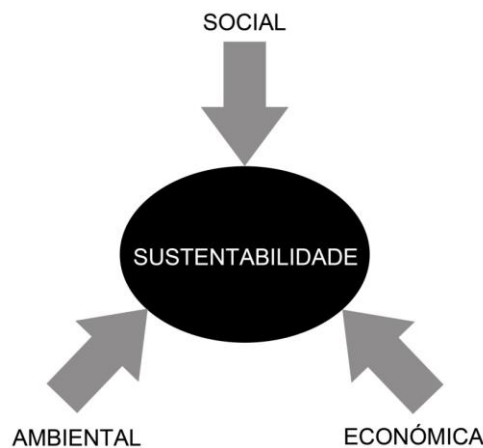


Figura 1 – As dimensões da Sustentabilidade (adaptado de: Benson e Roe, 2007)

As propostas e soluções para os espaços públicos devem sempre conduzir à sustentabilidade da intervenção, tendo em consideração:

- A utilização razoável e integrada dos recursos naturais;
- A possibilidade de utilização de fontes energéticas alternativas (tais como solar e eólica) para a iluminação, rega, etc.;
- Fomentando a utilização de materiais locais e “amigos do ambiente”;
- A escolha dos equipamentos e material adequado às necessidades do espaço (intensidade de utilização, capacidade de carga do território);
- As acessibilidades;
- A optimização da utilização em termos de conforto e segurança;
- A manutenção deverá ter como objectivo a optimização de custos.

O planeamento, projecto e gestão de espaço(s) público(s) deverá considerar os aspectos abordados nos parágrafos anteriores. O espaço público com qualidade deverá não só ser potenciador de integração social, mas também deverá ser um espaço aberto a todos os indivíduos, sejam eles da mesma religião, ideologia política, idade, raça ou sexo, pois a sociedade é feita de pessoas diferentes mas, ao mesmo tempo iguais.

3.4. Tipologias de Espaço Público

O espaço público pode ser classificado em tipologias, consoante a sua função e utilização. Entre as várias classificações existentes na metodologia encontrada optou-se pela apresentada por Brandão (2008), uma vez que integra critérios de ordem estrutural/espacial e de utilização, os quais se considera determinantes no processo de projectar e desenhar estes espaços. Brandão apresenta assim quinze tipologias essenciais de acordo com seis referências estruturais e que se descrevem no quadro 1.

Quadro 1 – Tipologias de Espaço Público (Fonte: Brandão, 2008)

Espaço – Traçado	Encontro Circulação	Largos, praças Ruas, avenidas
Espaço – “Paisagem”	Lazer – Natureza Contemplação	Jardins, parques Miradouros, panoramas
Espaço - Deslocação	Transporte Canal Estacionamento	Estações, paragens, interfaces Vias-férreas, auto-estradas Parking, silos
Espaço – Memória	Saudade Arqueologia Memoriais	Cemitérios Industrial, agrícola, serviços Espaços monumentais
Espaço – Comerciais	Semi-interiores Semi-exteiores	Mercados, Centros comerciais, arcadas Mercado levante, quiosques, toldos
Espaços gerados	Por edifícios, Por equipamentos, Por sistemas	Adro, passagem, galeria, pátio Culturais, desportivos, religiosos, infantis Iluminação, mobiliário, comunicação, arte.

O presente trabalho não pretende estudar exhaustivamente todas as tipologias de espaço público existentes, pelo que apenas se apresenta uma breve descrição das tipologias que existem.

- **Espaço – Traçado**

O espaço - traçado é por excelência o espaço de circulação e encontro entre transeuntes, espaço onde a vida em sociedade toma lugar.

Ruas e avenidas - destinam-se essencialmente à circulação e permanência dos cidadãos e também à circulação e estacionamento de veículos. Trata-se de um espaço multifuncional que possibilita a coexistência de cidadãos e veículos. No entanto tem-se assistido na última década ao crescimento da preocupação com o tráfego rodoviário, em detrimento do tráfego pedonal.

Praças, largos e pracetas – são espaços, por excelência, da cidade tradicional, que podem adquirir diversas formas e dimensões. São normalmente delimitados por edifícios e predomina o pavimento destinado ao tráfego pedonal. As praças e largos são zonas de convergência e de grande sentido de centralidade. As pracetas possuem formas mais pequenas que as praças e, por norma, são zonas onde existe menor permeabilidade e acessibilidade.

- **Espaço – “Paisagem”**

O espaço – “paisagem” além de ser espaço de encontro, é também espaço de lazer e contemplação.

Parques urbanos – são áreas de grandes dimensões (dezenas de hectares) que, normalmente, o olhar não abrange na totalidade, constituídas por zonas verdes, passeios, equipamentos desportivos, fontes, tanques, quiosques, etc. São zonas onde existem variedade de actividades para todas as pessoas. Servem normalmente a cidade dada a sua dimensão.

Jardins públicos – a sua dimensão é menor que os parques urbanos, são igualmente constituídos por zonas verdes de recreio e lazer e contêm diversos equipamentos, tais como, quiosques, tanques, fontes, etc. Dada a sua dimensão, normalmente, a sua área de influência é o nível do bairro.

Áreas ajardinadas de enquadramento – são zonas sobranes aproveitadas para enquadrar edifícios, infra-estruturas, equipamentos. Normalmente, são zonas verdes sem uso definido.

- **Espaço – Deslocação**

Parques de estacionamento – em quarteirões e em zonas edificadas normalmente o estacionamento concentra-se nas ruas, sendo no centro do quarteirão ou em filas ao longa da rua.

3.5. Espaços Públicos Sustentáveis

De acordo com Antunes (2009, pp. 12) existem diversas questões a colocar quando se aplica o conceito de sustentabilidade no planeamento e gestão dos espaços públicos:

- Como é que o conceito de sustentabilidade se traduz numa visão e num plano de gestão de espaços públicos?

- O que é um espaço público sustentável?

- Quando é que se afirma que um espaço público é sustentável?

- Quais serão as características distintivas desses espaços?

Não existem respostas definitivas as estas questões, a “aplicação” da sustentabilidade é abordada e entendida de maneira distinta, de espaço público para espaço público. No entanto, Beatley e Manning (1997 *apud* Antunes, 2009) e Newman e Jennings (2008 *apud* Antunes, 2009) formulam um conjunto de princípios fundamentais de sustentabilidade a ter em conta nos espaços públicos. Os princípios para espaços públicos sustentáveis são dez, e são os abaixo descritos:

PRINCIPIO UM: Visão de longo prazo

O conceito de sustentabilidade tem como preocupação a perpetuação dos recursos da geração actual e das gerações vindouras, sendo por conseguinte necessário adoptar uma perspectiva de longo prazo. Há que ter também uma perspectiva ética e de responsabilidade, no que diz respeito à preservação dos recursos e das possibilidades futuras.

PRINCIPIO DOIS: Minimização da pegada ecológica

Pegada ecológica mede a área de solo necessária para produzir e fornecer os recursos naturais que satisfaçam as necessidades de determinada população ou actividade. Adoptar este princípio implica pensar que os recursos são finitos e que é necessário limitar os impactos ambientais e o consumo dos recursos naturais.

PRINCIPIO TRÊS: Reconhecimento dos limites ecológicos

É necessário o (re)conhecimento da capacidade de sustentação dos próprios sistemas naturais e ecológicos de forma a tornar sustentável o espaço público.

PRINCIPIO QUATRO: Espaços de recuperação e regeneração ambiental

Ser sustentável, mais do que manter o estado actual das “coisas”. Implica reunir esforços na melhoria das condições naturais e na regeneração de ambientes degradados, de forma a deixar às gerações vindouras um ambiente natural e construído em melhores condições do que se encontra no presente. “Os espaços públicos devem constituir espaços de recuperação e regeneração ambiental por excelência.” (Antunes, 2009, pp. 13).

PRINCIPIO CINCO: Sentido de lugar e de comunidade

Um espaço público sustentável deve respeitar o passado histórico, os valores culturais e humanos e o carácter da comunidade em que se encontra, estando em consonância com o ambiente natural, de forma a criar um sentido de ligação e de pertença por parte dos seus utilizadores.

PRINCIPIO SEIS: Qualidade de vida

O espaço público sustentável deverá potenciar a qualidade de vida a todas as pessoas da sua comunidade, tendo em conta as diferentes necessidades dos utilizadores e promovendo comportamentos positivos do ponto de vista ambiental e social.

PRINCIPIO SETE: Equidade e inclusão social

O espaço público sustentável deverá ser um espaço aberto a todos os grupos sociais, culturais, económicos e étnicos garantindo a inclusão social e igualdade de todos.

PRINCIPIO OITO: Eficiência e viabilidade económica a longo prazo

Ser sustentável deverá levar à adopção de critérios económicos na concepção e gestão do espaço público articulados com os objectivos sociais e ambientais de forma a garantir a perpetuação deste no tempo. Devem procurar-se soluções de custo reduzido e eficazes para atingir determinado objectivo.

PRINCIPIO NOVE: Participação

Os cidadãos têm o direito de ter uma voz activa nas decisões que devem ser tomadas relativamente ao “seu” espaço público. O seu envolvimento permite que conheçam os seus recursos naturais de forma a conseguir expressar a sua opinião no que diz respeito às soluções a tomar.

PRINCIPIO DEZ: Governança e cooperação

“A gestão sustentável dos espaços públicos deve assentar no estabelecimento de parcerias de colaboração activa entre as autoridades públicas, as empresas, as associações não governamentais e os cidadãos em geral.” (Antunes, 2009, pp. 13-14) Tomar decisões não é um processo simples, existem diversos aspectos a ser considerados; assim, não chegam as autoridades públicas para o fazer, é necessário contar com mais agentes.

3.6. Conclusões

O conceito de espaço público evoluiu ao longo dos séculos voltando a adquirir, nos dias de hoje, o mesmo valor que possuía no tempo de Roma e Grécia Antigas. É crucial devolver aos cidadãos o espaço que foram perdendo, em muito devido ao aparecimento do automóvel. Os espaços públicos foram sendo deixados para trás não sendo sequer contemplados ao nível do planeamento urbano.

A tendência actual passa por voltar a qualificá-los, ou seja, a requalificá-los. Hoje os cidadãos reconhecem que os seus espaços necessitam voltar a ter qualidade para o desenvolvimento da sociedade.

A crescente preocupação em voltar a qualificar o que já existente, e que por diversos motivos foi perdendo qualidade, levou a que em Portugal e também a nível europeu, existam cada vez mais programas de requalificação de espaços degradados nomeadamente, os espaços que por direito são dos cidadãos.

4. Requalificação do Espaço Público Urbano

Com a crescente preocupação em recuperar o espaço público e devolvê-lo aos cidadãos, surgiram diversos conceitos ligados aos processos de requalificação, tais como regeneração, revitalização e reabilitação. Muitas vezes os conceitos são utilizados de forma incorrecta. Muitos projectistas e técnicos da área confundem a essência dos conceitos. Por vezes atribuem a um processo de requalificação o nome de revitalização. Foram criados e executados diversos programas cujo objectivo visava a requalificação do espaço público.

4.1. Conceito de Requalificação

Moreira (2007) afirma que o termo requalificação é recente em Portugal, aparecendo no final dos anos 80, sendo que, até 1998, nos vocabulários urbanísticos publicados, os conceitos utilizados diversificavam entre revitalização, recuperação ou reabilitação, aparentemente designando o mesmo processo.

A autora define requalificação urbana de acordo com o documento VALIS - Valorização de Lisboa em 1990, que se refere ao significado do conceito como “recuperar o sentido da localização residencial das populações, através de múltiplas acções e medidas, que vão da infra-estruturação à valorização da imagem interna e externa, passando pela provisão dos adequados serviços e pela equidade no acesso ao emprego. Todos os caminhos, da nova rua ou da nova aldeia deverão levar à Metrópole, sem traumas de regresso(s). A estratégia deve levar a acções que permitam descobrir e qualificar a alma dos lugares, pela nossa memória, pela vivência, pelo património – o que se herdou e importa valorizar, como também o que se deve construir no espírito do tempo.” (Moreira, 2007, pp. 118)

Acrescenta que a requalificação urbana inclui aspectos de carácter económico, ambiental, físico e social. A requalificação pretende criar as condições necessárias ao desenvolvimento de actividades económicas rentáveis, proporcionando emprego aos seus habitantes permitindo assim a sua inclusão ao nível produtivo. Pretende dissipar o ciclo de pobreza a que certas áreas parecem estar destinadas, alterando assim a percepção social que se tem das mesmas. Ao nível ambiental, a requalificação, prende-se com o conceito de qualidade de vida, devendo o espaço público proporcionar aos seus habitantes a melhor qualidade, criando as condições físicas necessárias.

Também o relatório final de Políticas Públicas de Revitalização Urbana: Reflexão para formulação estratégica e operacional das actuações a concretizar no QREN (2005), apresenta uma definição mais simplificada do conceito em estudo. Refere que a requalificação urbana é principalmente “um instrumento para a melhoria das condições de vida das populações, promovendo a construção e recuperação de equipamentos e infra-

estruturas e a valorização do espaço público com medidas de dinamização social e económica.” (Guerra, 2005, pp. 21)

A Requalificação urbana procura reintroduzir as qualidades urbanas, as acessibilidades e a centralidade de uma determinada área, provocando a sua mudança ao nível paisagístico, cultural, social e económico.

Assim, na presente dissertação adoptou-se o conceito de requalificação pois apresenta-se como um conceito abrangente.

4.2. Programas de Intervenção de Requalificação do Espaço Público Urbano

Programas como o URBAN, POLIS, PRU, PRAUD, PROQUAL e URBCOM, entre outros, provam a importância atribuída aos espaços públicos, não só a nível nacional, mas também a nível Europeu, em matéria de requalificação, seja na vertente social, ambiental, cultural ou económica. Portugal já conta com diversas intervenções a este nível. A maioria dos programas incidiram directamente no objectivo da requalificação do espaço público, sendo que outros incidiram de maneira menos directa (veja-se o programa URBCOM que através da dinamização comercial pretende que o espaço público envolvente também seja melhorado); no entanto, o espaço público é um ponto fulcral dos programas.

No presente capítulo faz-se um resumo, sem pretender ser exaustivo, de alguns dos programas de requalificação que foram postos em prática em Portugal (Quadro 2).

Quadro 2 – Síntese dos programas de intervenção no Espaço Público

Programas	Data	Objectivos
PRAUD	1988 -	Apoiar os municípios na reabilitação ou renovação de áreas urbanas. Divide-se em duas vertentes: PRAUD- OBRAS, que financia operações de reabilitação ou renovação de áreas urbanas degradadas, nomeadamente espaços públicos, edifícios com identidade histórica ou cultural, infra-estruturas, equipamentos, e o PRAUD-GTL, que visa o financiamento de acções de preparação e/ou acompanhamento das operações de reabilitação ou renovação das áreas urbanas.
URBAN	1994 – 1999 URBAN I 2000 – 2006 URBAN II	Requalificar e revitalizar as áreas urbanas, centros de cidade e suas periferias, onde existe uma forte expressão de degradação, sinais de depressão, problemas económicos e urbanos, desemprego e deteriorização da qualidade de vida gerando fenómenos de insegurança e exclusão social.
Programa de Reabilitação Urbana	1997 - 2003	Requalificação e revitalização das áreas urbanas que apresentem problemas económicos, sociais, urbanos, de desemprego e degradação da qualidade de vida e também problemas de exclusão social e insegurança.
Programa Polis	2000 – até ao presente	Melhorar a qualidade de vida nas cidades, através de intervenções nas vertentes urbanísticas e ambiental, melhorando a atractividade e competitividade de pólos urbanos que têm um papel relevante na estruturação do Sistema Urbano Nacional.
PROQUAL		O objectivo principal é promover a requalificação de áreas suburbanas degradadas, através da reabilitação do espaço público, do apoio à educação, formação e inserção profissional, da acção social, do aumento da rede de equipamentos sociais e da dinamização de iniciativas económicas locais.
URBCOM	2000 - 2006	Tem como principais objectivos a modernização das actividades empresariais do comércio e de alguns serviços, qualificando ou requalificando o respectivo espaço público envolvente.

Constata-se que a preocupação em voltar a qualificar o espaço público é relativamente recente, sendo que os programas com maior visibilidade nacional, nomeadamente os programas URBAN e POLIS, surgem no ano 2000. Por parte dos técnicos e decisores políticos houve uma maior consciencialização da importância que o espaço público teve, tem e sempre terá no desenvolvimento social de qualquer sociedade, qualquer que seja a época.

O objectivo central de todos estes programas até à data colocados em prática em Portugal manifesta-se o mesmo: a requalificação a todos os níveis do espaço que se entende como palco da vida, o espaço público. Os programas incidem essencialmente em áreas urbanas degradadas onde é urgente recuperar o espaço vital da vida social.

O espaço público, como já foi referido, é o agente essencial a qualquer sociedade, a sua qualificação, ou neste caso a sua requalificação, é um elemento chave para o bom e saudável funcionamento das pessoas enquanto sociedade.

4.3. Métodos de Avaliação da Qualidade do Espaço Público

Embora não exista em Portugal uma obrigatoriedade legislativa acerca da avaliação da qualidade dos espaços públicos, vários trabalhos acerca deste tema já se encontram publicados.

Os programas de requalificação de Espaços Públicos devem ser pensados e estruturados, de forma a maximizar a eficácia da sua aplicação. Assim sendo, devem ser elaborados por equipas multidisciplinares que visem a abrangência de todas as questões necessárias à sua elaboração.

Apresenta-se em seguidas três métodos de avaliação desenvolvidos por três entidades e que nos fornecem dois tipos de avaliação. As duas primeiras avaliações são dirigidas essencialmente aos cidadãos, servem de elemento avaliativo a qualquer cidadão acerca do seu(s) espaço(s) público(s), e o terceiro método de avaliação dirige-se essencialmente aos responsáveis políticos e técnicos das autarquias locais, que gerem e controlam todo o planeamento do espaço público, e também aos projectistas do desenho urbano.

4.3.1. Método de Avaliação - Project for Public Spaces – Diagrama do Lugar

Project for Public Spaces (PPS) é uma organização sem fins lucrativos, que tem como objectivo ajudar os cidadãos a criar e a manter os seus espaços públicos, de modo a tornar mais forte e coesa a sua comunidade (Anónimo, s/ data).

Segundo a PPS, os bons espaços públicos são aqueles onde as trocas sociais e também económicas ocorrem, onde existe uma grande fusão cultural. Quando os espaços públicos funcionam bem, servem de palco à vida pública.

Assim, a PPS, colocou a questão: **o que faz um espaço público ser bem sucedido enquanto outro falha?** Após a avaliação de milhares de espaços públicos por todo o Mundo, a PPS constatou que existem quatro qualidades essenciais, para o sucesso de determinado espaço: as **acessibilidades**, a possibilidade de realizar **actividades**, o **conforto** e a **imagem** do espaço, e por fim a possibilidade de ser um local onde se possa **socializar** (Anónimo, s/ data).

Para que os cidadãos possam avaliar, positiva ou negativamente, os seus espaços públicos, a PPS desenvolveu o Diagrama do Lugar, uma ferramenta disponível e acessível a qualquer um.

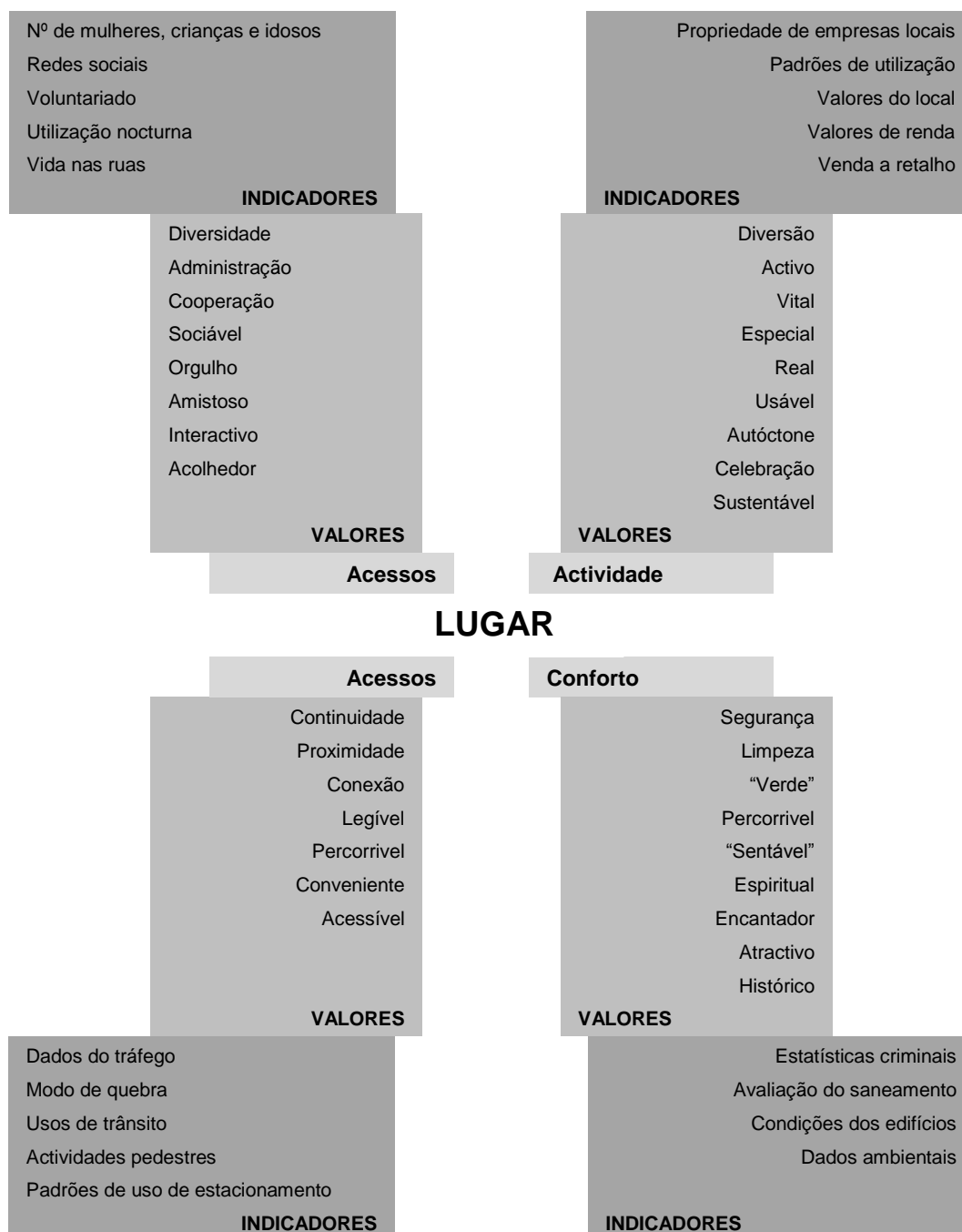


Figura 2 – Diagrama do Lugar (adaptado de Project for Public Spaces)

A utilização do diagrama é simples, pode e deve ser feita por qualquer cidadão. O centro do diagrama – LUGAR - representa um local conhecido (uma rua, uma praça, um edifício) que poderá ser avaliado de acordo com os quatro critérios principais – ACESSOS, ACTIVIDADES, CONFORTO e SOCIABILIDADE. Fora dos principais critérios, encontram-se diversos aspectos intuitivos ou qualitativos que podem ser utilizados na apreciação de um lugar. Por fim, encontramos diversos aspectos quantitativos que podem ser utilizados para formular estatísticas ou ser utilizados em pesquisas.

No entanto, os quatro critérios principais apresentam questões que devem ser consideradas:

◦ **Acessibilidades**

Para que um espaço público seja bem sucedido deverá ser de fácil acesso e circulação, deverá ser facilmente visto de todos os pontos, de fora para dentro e de dentro para fora.

Questões a serem consideradas:

- É o espaço visto de qualquer distância? O seu interior é visível?
- Existem boas ligações entre o espaço e os edifícios adjacentes? Os indivíduos desses edifícios utilizam o espaço?
- Podem as pessoas caminhar facilmente até lá chegar? Ou têm que se mover entre os carros?
- Os passeios levam as pessoas até às áreas adjacentes?
- Está o espaço preparado para pessoas com mobilidade condicionada?
- As estradas e os caminhos nos espaços levam as pessoas onde elas querem ir?
- Existe uma grande variedade de transportes que as pessoas possam escolher para chegar até lá?
- Estão os parques de estacionamento convenientemente localizados (junto dos correios, parques, bibliotecas, etc.)?

◦ **Conforto e Imagem**

O sucesso de um espaço público em muito depende da sua boa imagem e do conforto que oferece. O conforto inclui não só a segurança e a limpeza, como também a disponibilidade de lugares para sentar, o que na maioria das vezes é subestimado.

Questões a serem consideradas:

- O local causa uma boa primeira impressão?
- Existem mais mulheres do que homens?
- Os lugares para sentar são suficientes? Estão convenientemente localizados? As pessoas têm possibilidade de escolha, seja ao sol ou à sombra?
- Os espaços estão limpos? Quem é responsável pela manutenção? O que fazem e quando fazem?
- O espaço é seguro? Existem seguranças a percorrer o espaço? Se existe, qual é o seu horário e o que fazem para manter a segurança?

- As pessoas tiram fotografias?
- Os veículos dominam o espaço pedonal?

- **Usos e Actividades**

As actividades que um espaço deverá proporcionar aos seus cidadãos são uma base bastante importante. Um espaço sem actividades, será um espaço vazio onde as pessoas possivelmente não irão nem terão vontade de voltar.

Princípios a ter em mente ao avaliar os usos e actividades de um lugar:

- Quantas mais actividades existirem e os cidadãos tiverem oportunidade de participar, melhor;
- Deverá existir um bom equilíbrio entre mulheres e homens (as mulheres são mais críticas acerca dos espaços públicos);
- O espaço deverá ser utilizado por pessoas de todas as faixas etárias, desde os mais jovens aos mais velhos;
- Deverá ser utilizado durante todo o dia;
- Um espaço que pode ser utilizado por pessoas individualmente ou em grupo, é melhor que um espaço que só possibilite uma das opções;
- A gestão do espaço é importante para o seu sucesso.

Questões a serem consideradas:

- As pessoas utilizam o espaço ou está vazio?
- É utilizado por pessoas de diversas idades?
- As pessoas estão em grupo?
- Quantos tipos de actividades – pessoas a passear, a ler, a comer, a relaxar, a praticar desporto - ocorrem?
- Que zonas são utilizadas? E que zonas não estão a ser utilizadas?
- Existe opção de escolha nas actividades?
- Nota-se a presença de uma equipa de gestão? Ou qualquer pessoa é responsável pela gestão do espaço?

- **Sociabilidade**

Esta é uma qualidade difícil de alcançar, mas uma vez atingida, torna-se uma característica inconfundível.

Questões a serem consideradas:

- É este um espaço que escolheria para se reunir com os meus amigos?
- As pessoas estão em grupos?
- As pessoas conhecem-se pelo nome ou pelo rosto?
- As pessoas trazem os seus amigos ou familiares para este espaço?
- As pessoas estão felizes? Estabelecem contacto visual umas com as outras?
- As pessoas utilizam o espaço regularmente e por escolha própria?
- Existe uma grande diversidade de idades e de culturas que reflectem a comunidade?
- As pessoas apanham o lixo quando o encontram no chão?

O método de avaliação da associação Project for Public Spaces, é um método muito simples mas bastante eficaz. Baseia-se em questões de fácil percepção por parte dos cidadãos, constituindo assim um método de avaliação para a comunidade, possibilitando que sejam detectados os problemas existentes e de forma a que possam formular soluções para os seus espaços públicos. Não pretende ser um método direccionado aos projectivas mas sim aos cidadãos que “vivem” dia a dia os espaços.

4.3.2. Método de Avaliação – Urban Design Alliance - Placecheck

A Urban Design Alliance, uma organização de parceria entre o governo e diversas entidades inglesas que tem origem no Reino Unido, desenvolveu na década de 90, através de Robert Cowan, o Placecheck, um método de avaliação às qualidades de um lugar, que tinha como objectivo mostrar as alterações necessárias, contando com os cidadãos para alcançar esse objectivo (Cowan, s/ data).

Tal como o modelo desenvolvido pela associação PPS, o método Placecheck pode ser utilizado pelo comum cidadão, podendo também ser usado por entidades profissionais. O método é composto por três fases de perguntas.

Na primeira fase é constituída por três questões simples mas pertinentes, que podem recolher informação bastante importante, nomeadamente:

- O que gosta neste lugar?
- O que não gosta neste lugar?
- O que precisa de ser melhorado?

Em seguida, a segunda fase coloca quinze questões mais específicas. As primeiras seis procuram perceber quais as pessoas/entidades que devem ser envolvidas neste processo e de que forma devem ser envolvidas. As restantes nove questões focam-se na experiência e

uso atribuído a cada lugar por parte dos cidadãos. Apresentam-se em seguida as questões que devem ser colocadas:

Relativamente às pessoas/entidades que devem ser envolvidas no processo e de que forma devem ser envolvidas:

- Quem necessita de estar envolvido nas melhorias do lugar?
- Quais os recursos locais disponíveis para que os cidadãos se queiram envolver no processo?
- Que outros métodos podem ser utilizados para desenvolver as ideias sobre as melhorias a fazer ao lugar?
- Como podemos retirar o máximo partido de outros programas e recursos?
- Como podemos aumentar a nossa vista panorâmica?
- Que outras iniciativas podem ajudar a melhorar o lugar?

Relativamente à experiência e uso atribuído a cada lugar por parte dos cidadãos:

- Como podemos tornar este lugar mais especial?
- Como podemos tornar este lugar mais verde?
- Como podem as ruas e os espaços públicos ser mais seguros e agradáveis para os transeuntes?
- De que outra forma podem os espaços públicos ser melhorados?
- Como pode o lugar ser mais acolhedor e de fácil utilização?
- Como pode o lugar ser adaptado ou adaptável a futuras alterações?
- Como podem os recursos disponíveis serem melhor utilizados?
- O que pode ser feito para aproveitar ao máximo os transportes públicos?
- Como pode ser melhorado o sistema de acessos?

Estas quinze questões podem ou não, ser suficientes para extrair toda a informação necessária acerca do lugar. Assim, a terceira e última fase deste método, consiste em que cada uma das questões da segunda fase (acima descritas) possua uma série de questões mais específicas. Pretende ser bastante abrangente fazendo com que a avaliação do local seja a mais pormenorizada possível. Devido à sua elevada extensão (sendo mais de cem questões) apresenta-se em anexo (anexo A) as questões referentes à terceira e última fase deste método de avaliação.

4.3.3. Método de Avaliação – O Chão da Cidade - Checklist

A metodologia proposta por Brandão (2002) destina-se primeiramente aos responsáveis políticos e técnicos das autarquias locais que gerem e controlam todo o planeamento do espaço público, mas poderá também fornecer pistas importantes aos projectistas e impulsionadores que desenvolvem trabalho nessa área.

A metodologia de avaliação proposta passa pelo desenvolvimento de uma grelha de critérios/características que considera os aspectos fulcrais num projecto de espaço público. Este método divide os critérios relevantes em dois níveis: os critérios gerais e os critérios específicos. Os critérios gerais referem-se às características qualitativas do espaço, tais como, a identidade, continuidade, mobilidade, acessibilidade, permeabilidade, segurança, conforto e aprazibilidade, inclusão social, legibilidade, diversidade, adaptabilidade, robustez, durabilidade e sustentabilidade - critérios estes importantes num espaço público. Os critérios específicos referem-se a todos os “pormenores” inerentes ao espaço, tais como, os elementos e sistemas de comunicação, equipamentos e mobiliário urbano, estruturas e elementos de iluminação, estruturas subterrâneas, elementos naturais e de expressão artística (arte urbana), infra-estruturas viárias e de transportes. Cada critério específico apresenta os seus objectivos. Apresenta-se em anexo (anexo B) a checklist dos critérios específicos.

Assim, foi elaborada uma Checklist que permite classificar através do registo de pontos fortes e fracos e por uma pontuação (1 a 5), os critérios gerais e específicos a fim de ter uma base sólida de avaliação.

Apresenta-se a checklist dos critérios gerais (quadro 3):

Quadro 3 – Checklist das características gerais do espaço público (fonte: Brandão, 2002)

	Pontos fortes	Pontos fracos	Avaliação (1-5)
<p>Identidade Carácter e significado do espaço; forma como os utentes aderem, se relacionam e se apropriam do espaço.</p> <p>Continuidade Permeabilidade Integração no contexto e na malha urbana, contribuindo para a fluidez e coerência visual do local a redes e serviços.</p> <p>Segurança Conforto Apazibilidade Qualidades físicas, funcionais e formais do espaço, visando a qualidade do uso. Vegetação, luz, equipamento.</p> <p>Mobilidade Acessibilidade Permeabilidade Facilidade de ligações físicas; adequação a diferentes tipos de deslocação; separação de vias, delimitações.</p> <p>Inclusão, Coesão social Consideração de expectativas e necessidades, sem exclusão no uso do espaço, de qualquer grupo social. Controlo da privatização do espaço.</p> <p>Legibilidade Características físicas, formais e funcionais que contribuem para a rápida e fácil compreensão do espaço.</p> <p>Diversidade Adaptabilidade Flexibilidade e versatilidade para a adaptação a usos diversos e a possíveis alterações futuras.</p> <p>Resistência Durabilidade Adequação dos materiais e equipamentos às solicitações do uso, desgaste, vandalismo, clima, etc. Manutenção minimizada.</p> <p>Sustentabilidade Gestão equilibrada dos recursos consumidos (instalação, energia, manutenção) com criação de valor (benefício económico, ambiental e social). Optimização do uso do solo e dos transportes públicos.</p>			

O método de avaliação proposto por Brandão (2002) está direccionado essencialmente para os técnicos que projectam o espaço público. A avaliação da qualidade do espaço público feita através deste método é bastante completa e descritiva podendo ser os problemas encontrados de forma mais precisa.

4.4. Conclusões

Com a recuperação e requalificação do espaço público, as ruas e praças, jardins e parques urbanos atraem cada vez mais os cidadãos. Assiste-se a uma crescente “mobilização” para o espaço público outra vez. O quadro acima descrito (Quadro 2) deixa patente a preocupação em requalificar os espaços público degradados.

A qualidade do espaço público é avaliada através das características (referidas no capítulo 2), estando os cidadãos cada vez mais exigentes e despertos para o(s) seu(s) espaço(s) público(s).

5. Requalificação e Projecto de Arquitectura Paisagista

Actualmente, o aumento da população nas cidades é uma enorme preocupação em todo o Mundo. De acordo com Agência Europeia do Ambiente, estima-se que 75% da população europeia viva em áreas urbanas, não se verificando sinais de abrandamento desta evolução, sendo que se estima que em 2020 atinja cerca de 80% (EEA, 2010). Este crescimento populacional nas áreas urbanas traz conseqüentemente mais e maiores impactos ambientais nas cidades. Dado este facto, nos últimos anos, temas como a qualidade de vida urbana e a qualidade do seu ambiente, têm sido estudados e desenvolvidos na perspectiva de encontrar políticas eficazes ao nível do planeamento urbano e suas estratégias.

A requalificação das cidades e em particular do seu espaço público, através de áreas como a Arquitectura Paisagista, em muito contribuem para melhorar a qualidade do ambiente urbano e, conseqüentemente, melhorar a qualidade de vida dos seus cidadãos.

5.1. Ambiente urbano e qualidade de vida

A qualidade de vida urbana e a saúde dos seus habitantes é em grande medida indissociável da qualidade do ambiente das cidades. São conceitos distintos que se fundem quando se fala em qualidade do espaço público das cidades. O ambiente urbano desempenha um papel fundamental na qualidade de vida, quer ao nível físico, social e mental dos cidadãos. Uma cidade como um ambiente saudável terá, teoricamente, cidadãos mais felizes e saudáveis. No entanto, a acelerada degradação do ambiente urbano, através da poluição atmosférica, da má qualidade da água, do ruído e da perda de zonas naturalizadas, traz pesadas conseqüências à saúde das populações. A Organização Mundial da Saúde estima que as doenças causadas devido a factores ambientais correspondam entre 15 a 20% do total de mortes. Segundo a Agência Europeia do Ambiente, os elementos ambientais fundamentais para uma boa qualidade de vida são a qualidade do ar, baixos níveis de ruído, a qualidade da água, o bom desenho urbano com espaços públicos e espaços verdes de alta qualidade e um microclima (EEA, 2010).

5.1.1. Conceito de Ambiente Urbano

Antes de definir o conceito de ambiente urbano interessa definir o conceito de ambiente que nos levará a entender o conceito de ambiente urbano. De acordo com a Lei de Bases do Ambiente portuguesa, ambiente é “o conjunto dos sistemas físicos, químicos, biológicos e suas relações e dos factores económicos, sociais e culturais com efeito directo ou

indirecto, mediato ou imediato, sobre os seres vivos e a qualidade de vida do homem.” (Lei nº 11/87, 7 de Abril, pp. 1387).

Outra definição de ambiente é-nos dada por Rau e Wooten (1980, *apud* Partidário, 2000, pp. 40), sendo “ambiente é o conjunto complexo de factores físicos, sociais, culturais, económicos e estéticos que afectam os indivíduos e as comunidades e, finalmente determinam as suas formas, carácter, relações e sobrevivência.” Neste sentido estes autores apresentam uma categorização do ambiente:

- Ambiente físico – solo e os seus usos, clima, vegetação, áreas naturais, vida selvagem, ruído, poluição atmosférica e da água, infra-estruturas e serviços públicos;
- Ambiente social – equipamentos colectivos e comerciais, serviços, centros de emprego e características da comunidade;
- Ambiente estético – paisagem natural, existência de locais com significado histórico, arquitectónico ou arqueológico, áreas panorâmicas e as características arquitectónicas dos edifícios;
- Ambiente económico – base económica da área, níveis de emprego e desemprego, níveis e fontes de rendimento, regime de propriedade e valor do solo.

As duas definições de ambiente apresentadas são semelhantes na sua essência, ambas destacam a importância da interacção entre a Natureza e o Homem. Assim, chegamos ao conceito de ambiente urbano; é nas grandes cidades que a maioria da população tem acesso ao “ambiente”.

Os cidadãos que vivem nas grandes cidades estão por vezes, e por diversas razões, condicionados ao ambiente que nelas existe e podem experienciar. O ambiente urbano pode então ser definido como um sistema constituído por diversos elementos naturais – clima, água, vegetação, fauna, ar – e por elementos construídos, ou alterados, pela intervenção humana.

5.1.2. Conceito de Qualidade de Vida

O conceito de qualidade de vida é em si mesmo um conceito subjectivo e complexo. Difere de indivíduo para indivíduo, de cultura para cultura, de época para época, uma vez que cada um de nós possui o seu próprio conceito de qualidade de vida.

Allardt (1976, 1981 *apud* Santos e Martins, 2002) dá-nos o seu contributo propondo uma distinção entre as condições de vida objectivas e as condições subjectivas. Allardt desenvolve o seu conceito com base em quatro aspectos, designadamente o nível de vida – relaciona-se com as necessidades materiais, tais como, as condições de habitação, etc.; a qualidade de vida – refere-se a aspectos imateriais, ou seja, a relação do indivíduo com a

sociedade, com a família, etc.; a satisfação – é relativo à percepção subjectiva das condições de vida; e a felicidade – resulta da percepção subjectiva da própria qualidade de vida.

Contudo, Gough (1982 *apud* Santos e Martins, 2002) divide o conceito de qualidade de vida em duas partes, as necessidades e os desejos. As necessidades centram-se na esfera do colectivo, enquanto que os desejos centram-se no individual.

Outra definição, proposta por Nuvolati (1998 *apud* Santos e Martins, 2002), baseia-se em cinco domínios. O primeiro domínio aborda as questões materiais colectivas em termos de disponibilidade de bens e serviços, tais como, o comércio existente nas cidades e a saúde. O segundo domínio refere-se também as questões materiais, mas individuais, que dizem respeito à condição de cada um enquanto indivíduos, questões como o rendimento e a profissão. O terceiro e quarto domínio referem-se aos aspectos não materiais colectivos e individuais, respectivamente. Os aspectos não materiais colectivos dizem respeito por exemplo aos serviços de ocupação dos tempos livres e os aspectos não materiais individuais dizem respeito a questões pessoais como a relação com a família e amigos. O quinto e último domínio refere-se ao contexto geral, estabelecendo a relação entre a paisagem e o património histórico e arquitectónico do espaço em questão.

A Lei de Bases do Ambiente contempla igualmente o conceito de qualidade de vida definindo-a como “o resultado da interacção de múltiplos factores no funcionamento das sociedades humanas e traduz-se na situação de bem-estar físico, mental e social e na satisfação e afirmação culturais, bem como em relações autênticas entre o indivíduo e a comunidade, dependendo da influência de factores inter-relacionados, que compreendem, designadamente:

- A capacidade de carga do território e dos recursos;
- A alimentação, a habitação, a saúde, a educação, os transportes e a ocupação dos tempos livres;
- Um sistema social que assegure a posteridade de toda a população e os consequentes benefícios da Segurança Social;
- A integração da expansão urbano-industrial na paisagem, funcionando como valorização da mesma, e não como agente de degradação.” (Lei nº 11/87, 7 de Abril, pp. 1387).

5.1.3. Conceito de Qualidade do Ambiente Urbano

O conceito de qualidade do ambiente urbano surge da estreita relação entre os conceitos de qualidade de vida e de ambiente urbano. Para Partidário (2000), este conceito assenta em dois aspectos fundamentais, um ligado aos aspectos do conforto humano e outro ligado

aos aspectos de saúde pública e segurança. Assim, o conceito implica uma relação indissociável entre factores físicos, económicos e sociais, sendo baseado no sistema urbano, nos seus elementos e nas relações que ocorrem entre eles. Também a Lei de Bases de Ambiente apresenta uma definição de qualidade do ambiente, diz que “é a adequabilidade de todos os seus componentes às necessidades do Homem.” (Lei nº 11/87, 7 de Abril, pp. 1387).

O quadro (Quadro 4) seguinte mostra os componentes e os respectivos factores que influenciam a qualidade do ambiente urbano.

Quadro 4 – Componentes e respectivos factores da qualidade do ambiente urbano (fonte: Partidário, 2000)

Componentes	Factores
Equipamentos	Nível de utilização Frequência de utilização Acessibilidade Oferta de serviço
Estrutura verde urbana	Áreas verdes Árvores de enquadramento Gestão e manutenção
Fauna urbana	Saúde pública Função lúdica
Habitação	Nível de ocupação dos fogos
Infra-estruturas	Nível de serviço Qualidade de serviço
Meios hídricos	Áreas dos planos de água Superfícies por actividades recreativas Utilizadores por actividades recreativas Qualidade da água Valor estético-paisagístico
Microclima urbano	Conforto térmico Conforto eólico Conforto higrotérmico
Ocupação do espaço urbano	Áreas estruturais Instrumentos de planeamento Densidade Índice de ocupação Funções urbanas
Paisagem urbana: estrutura edificada	Qualidade plástica Qualidade visual Estruturação funcional Gestão do espaço edificado
Paisagem urbana: património construído	Edifícios e áreas classificados ou condicionados
Qualidade do ar	Áreas afectadas por tipo de poluentes População afectada por tipo de poluentes Tráfego urbano
Resíduos sólidos	Produção Recolha Tratamento Destino final Aproveitamento Gestão
Riscos naturais (sismicidade, inundações)	Áreas em risco População em risco Actividades em risco
Ruído	População afectada Tráfego rodoviário Tráfego aéreo Actividades afectadas
Transportes colectivos urbanos	Oferta Acessibilidade

5.2. Espaços Verdes Urbanos – Componente do Ambiente Urbano

5.2.1. Evolução dos Espaços Verdes Urbanos

Até ao século XIX, os jardins e parques eram conhecidos por terem como principal função proporcionar zonas de encontro, estadia e lazer, não estando patente os seus inúmeros benefícios. Será a partir da era industrial que o conceito de espaço verde urbano surge, tendo como objectivo “recriar a presença da natureza no meio urbano.” (Magalhães, 1992, pp. 9). Posteriormente surge o conceito de “pulmão verde”, ou seja, o espaço verde com uma dimensão que permite produzir o oxigénio necessário, a fim de compensar a poluição do ar. O conceito de “pulmão verde” evolui mais tarde para um novo conceito, o *Green Belt*, uma cintura verde a rodear toda a cidade, pensando-se assim que seria possível conseguir as condições necessárias a um bom ambiente urbano (Magalhães, 1992).

Já no início do século XX, os conceitos anteriores deram início a uma nova teoria, o *Continuum Naturale*. A cintura verde (a paisagem natural) que envolvia as cidades já não era suficiente, pois a dimensão das cidades era tal que a paisagem natural já não se sentia. Assim surge a necessidade de levar a paisagem natural para dentro da cidade. Com o *Continuum Naturale* “pretende-se que a paisagem envolvente penetre na cidade de forma tentacular e contínua, assumindo diversas formas e funções que vão desde o espaço de lazer e recreio ao de enquadramento de infra-estruturas e edifícios, aos espaços de elevada produção de frescos agrícolas e à protecção e integração de linhas ou cursos de água com seus leitos de cheia e cabeceiras.” (Magalhães, 1992, pp. 11). Este objectivo é conseguido através da génese de novos espaços, da recuperação dos espaços existentes e da ligação entre eles através de corredores verdes. (Magalhães, 1992).

Este conceito aparece contemplado na Lei nº 11/87 de 7 de Abril, que apresenta as Bases do Ambiente, diz no seu artigo 5º: “É o sistema contínuo de ocorrências naturais que constituem o suporte da vida silvestre e da manutenção do potencial genético e que contribui para o equilíbrio e estabilidade do território.” (Lei nº 11/87, 7 de Abril, pp. 1387).

5.2.2. Benefícios dos Espaços Verdes Urbanos

Almeida (2006) conclui no seu trabalho, que os Espaços Verdes Urbanos trazem inúmeros benefícios de carácter ecológico, social e estético, os quais se encontram no quadro 5. (Quadro 5)

Quadro 5 – Benefícios proporcionados pelo material vegetal (adaptado de Almeida, 2006)

Benefício	Descrição
Ecológico	Impacto no clima urbano através do controlo da temperatura, do vento e da humidade. Redução da poluição do ar, do ruído, da luminosidade e da reflexão da luz, prevenção de cheias e controlo da erosão. Instalação de biótipos de flora e fauna em ambiente urbano (biodiversidade).
Social	Oportunidades de recreio, melhoria da envolvente da habitação e do local de trabalho. Impacto na saúde física e mental. Valores culturais e históricos das áreas verdes.
Estético	Paisagem diversificada através das cores, texturas, formas e densidades de plantas diferentes. Crescimento das árvores, dinâmica das estações e contacto da população com a natureza. Definição de espaços abertos, enquadramento de vistas e edifícios.

5.2.2.1. Benefícios Ecológicos

Almeida (2006) apresenta no seu trabalho diversos benefícios ecológicos e chama a atenção, que apesar de estes serem reconhecidos, as mais-valias produzidas pelos espaços verdes, continuam muitas vezes a ser insuficientes ao nível do planeamento urbano.

A autora agrupa os benefícios em três grupos:

- Microclima e qualidade do ar
- Hidrologia urbana
- Biodiversidade

Microclima e qualidade do ar

Actualmente as cidades são conhecidas como “a ilha de calor”, pois a temperatura do ar apresenta valores mais elevados do que no “exterior”. A temperatura nas cidades pode atingir entre 1 e 7°C a mais do que no meio envolvente. Este aumento da temperatura apresenta implicações, tais como, o aumento do dióxido de carbono (CO₂), aumento das necessidades de água, elevados níveis de ozono e desconforto humano. (Almeida, 2006)

Os espaços verdes urbanos contribuem para atenuar estes problemas inerentes às cidades. Quando inseridos no meio urbano a temperatura do ar pode baixar cerca de 3°C;

de forma directa, acontece devido ao ensombramento proporcionado e à redução da velocidade do vento, de forma indirecta, deve-se à evapotranspiração. (Almeida, 2006)

Em matéria de qualidade do ar, também os espaços verdes dão um forte contributo. Uma função importante das árvores prende-se, também, com o facto de desempenharem um papel importante na captação de poeiras e conseguindo neutralizar, através de processos químicos, os poluentes que se encontram no ar (ozono, óxidos de azoto e de enxofre). As espécies arbóreas contribuem igualmente contra as radiações solares ultravioletas.

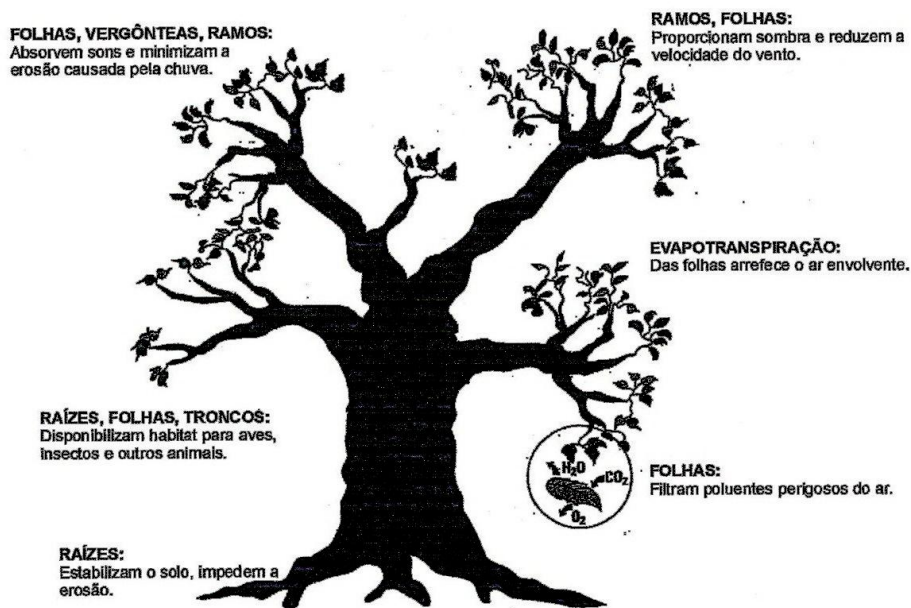


Figura 3 – Ilustração dos inúmeros benefícios ecológicos das árvores (Almeida, 2006)

Hidrologia urbana

Os impactos da impermeabilização do solo decorrentes da substituição de espaços verdes por edifícios, estradas e outras estruturas impermeáveis, são bastante elevados. A quantidade de água da chuva, antes de atingir o solo, diminui por diversas razões: “existe menos vegetação para ser regada; a evaporação da água é reduzida durante e depois de uma chuvada porque há menos áreas vegetais nas quais a água pode ser perdida por evapotranspiração; a infiltração da chuva no solo pode ser igualmente restringida porque existe menos área permeável.” (Almeida, 2006, pp. 87)

O material vegetal tem como uma das suas funções, reduzir e atenuar o escoamento superficial e a carga de poluentes que as águas recebem, aliviando e amortecendo o fluxo das linhas de água. Este facto é conseguido através de:

- As folhas e troncos interceptam a chuva que cai, diminuindo o volume de escoamento;

- As raízes promovem a capacidade e a taxa de infiltração da água da chuva no solo, e consequentemente, a água que corre nas linhas de água diminui;

- A erosão do solo pela água da chuva é atenuada devido à interceptação da água pela copa das árvores. (Almeida, 2006)

Outro problema que a autora descreve no seu trabalho, diz respeito ao escoamento das águas pluviais. Em meio urbano este escoamento é muitas vezes feito através de colectores subterrâneos e canais revestidos. Contudo, por vezes, a quantidade de água escoada é superior ao valor pré-estabelecido. Uma solução apresentada, diversas vezes, de forma a minimizar esta situação, consiste em recolher e armazenar a água excedente em bacias de retenção. (Almeida, 2006) As bacias de retenção podem ser definidas “como um sistema que se destina a restringir os caudais de ponta da água pluvial, através do armazenamento, por um período de tempo limitado, de um certo volume dessa água pluvial, o qual é conduzido para a rede de drenagem após a passagem da onda de cheia.” (Almeida, 2006, pp. 94)

Biodiversidade

Existem inúmeros benefícios associados à vegetação do meio urbano, que contribuem para o funcionamento do ecossistema urbano e para o bem-estar dos cidadãos.

As árvores nas ruas das cidades funcionam como corredores (verdes), estabelecendo a ligação da cidade ao “exterior”, aos parques e jardins e a todos os espaços verdes existentes, mantendo e conservando a biodiversidade. Parafraseando Forman, a autora refere, que os corredores verdes urbanos contribuem para diversos objectivos da nossa sociedade, tais como:

- Contribuir para o fomento e conservação da biodiversidade;
- Controlar os recursos hídricos através da regulação das cheias, limpeza da água, controlo de sedimentos, etc.;
- Controlar a erosão do solo e funcionando como quebra-ventos;
- Promover condições para a prática do exercício de actividades recreativas, como educação ambiental;
- Promover a coesão social;
- Promover a biodiversidade;
- Funcionar como barreiras topográficas, propiciando a diversidade cultural. (Almeida, 2006)

Actualmente, as populações encontram-se mais despertas para os diversos benefícios ecológicos que os espaços verdes urbanos oferecem. É de notar que os cidadãos preferem

adquirir imóveis que estejam perto de zonas verdes, pois já não querem viver numa “selva de betão”.

5.2.2.2. Benefícios Sociais

Na sociedade actual os problemas de saúde desenvolvidos pelo estilo de vida moderno são cada vez mais. Têm-se identificado inúmeros factores que afectam a saúde física e mental dos cidadãos neste novo estilo de vida. O sedentarismo, as alergias, o aumento de depressões devido ao stress desta “nova” vida, a obesidade, a fadiga e os problemas do tracto respiratório são alguns dos maiores problemas das sociedades actuais, trazendo naturalmente inúmeros problemas sociais. As áreas naturalizadas, tais como os espaços verdes urbanos, têm demonstrado que dão um enorme contributo no combate a esta crescente tendência. (Almeida 2006).

Os espaços verdes urbanos inseridos na cidade promovem o contacto social e o convívio entre os cidadãos, o relaxamento e o contacto com a natureza. Cada vez mais a população privilegia o usufruto destes espaços e toma consciência da necessidade de ecologia e biodiversidade.

5.2.2.3. Benefícios Estéticos

Almeida (2006) conclui que a apreciação estética é normalmente subjectiva e individual, dependendo, nomeadamente, do sexo, idade e educação. A vegetação apresenta impactos nos cidadãos ao nível mental e emocional.

A maneira como a vegetação é organizada espacialmente nas cidades reflecte-se na maneira como os cidadãos percebem e vivenciam o espaço. A vegetação é normalmente utilizada para definir espaços, integrar edifícios e/ou infra-estruturas ; este objectivo é conseguido através da introdução de cor, textura, forma e densidade concorre para a qualidade estética do ambiente urbano. (Almeida, 2006)

“Mesmo uma simples árvore, cuidadosamente colocada, pode contribuir de uma forma significativa para a qualidade estética de um lugar” (Almeida, 2006, pp. 106).

5.3. Dimensões Humanas do Espaço Público

Alves (2003) afirma que “a qualidade do espaço público urbano passa, necessariamente, pela sua liberdade de uso ainda que possam existir inúmeros constrangimentos que proíbem ou inibem os indivíduos de aí exercerem os seus direitos, ou seja, de porem em prática os diversos tipos de experiências que anseiam no espaço público.” (Alves, 2003, pp.

153) O autor readapta as cinco dimensões/direitos que Kevin Lynch no seu livro “A Theory of Good City Form”, toma como a problemática do uso e controlo do espaço público para: direito de acesso, liberdade de acção, direito de fruição, transformação/alteração e direito de propriedade.

Apresenta-se em seguida os conceitos e obstáculos inerentes a esta problemática (Quadro 6).

Quadro 6 – Dimensões Humanas do Espaço Público Urbano (adaptado de Alves, 2003)

	Direito de Acesso		Liberdade de Acção	Direito de Fruição	Transformação / Alteração	Direito de Propriedade
	Físico - a	Visual - b				
C O N C E I T O	Possibilidade de entrar nos espaços; propriedade básica dos usos dos espaços.		Possibilidade de pôr em prática actividades desejáveis/sustentáveis, visando a partilha e o respeito pelos direitos dos outros utilizadores.	Direito de desfrutar um espaço, por um indivíduo ou grupo de indivíduos, para determinadas actividades.	Possibilidade de um lugar evoluir e mudar ao longo do tempo; significado complexo por ocorrências também complexas.	Exercício do direito de propriedade; grau de controlo absoluto ou relativo por parte do(s) proprietário(s).
" O B S T Á C U L O S "	<p>a - Portões, cancelas, gradeamentos, sebes, escadarias, índice de monitorização elevado, acidentes topográficos (naturais ou artificiais), sinalética e informação escrita.</p> <p>b - Má visibilidade e má identificação. Concentração excessiva de diferentes actividades. Percepção de insegurança e de desconforto. Ausência de graus mínimos de privacidade.</p> <p>c - Presença de indivíduos ou de elementos associados ao perigo. Personalização excessiva de equipamentos e de meios humanos junto às entradas "sugerindo" consumos de tipo dispendioso.</p>	<p>Heterogeneidade de interesses de grupos sociais e étnicos. Dominância da propriedade privada. Ausência ou desadequação de regulamentos. Desajustada configuração física do espaço público e dos seus elementos. Hierarquização e subvisão imperfeitas do espaço público; ausência de conforto físico e psicológico.</p>	<p>Ausência de anonimato e de intimidade por desadequação do desenho dos subespaços e seus elementos. Ausência dos sentidos de controlo, de territorialidade e de identificação com o espaço. Mobiliário urbano desadequado. Incapacidade do espaço acolher as actividades socialmente mais desejáveis. Incompatibilidade entre os tempos e as escalas de apropriação ao longo do dia.</p>	<p>Ausência de flexibilidade funcional na física do espaço e nos seus componentes (em especial o mobiliário urbano). Incapacidade para a ocorrência de actuações dadácticas e aventureiras. Diferenciação dos espaços e dimensionamento insuficiente. Desadequada articulação dos espaços.</p>	<p>Pode induzir interferências negativas nos direitos inerentes às restantes quatro qualidades. Implacáveis fortes entre transformações e direito de propriedade.</p>	

5.4. Indicadores de Qualidade do Ambiente Urbano

De acordo com a definição adoptada pela OCDE, indicador designa um parâmetro, ou valor calculado a partir de parâmetros, que fornece informações acerca de determinado fenómeno, área ou ambiente, com importância significativa que vai para além daquela que está directamente ligada ao valor do parâmetro. Partidário (2000, pp. 45) adopta a definição proposta por Inhaber, onde diz que indicador “é uma formulação matemática em que uma quantidade medida no espaço real em estudo é comparada com um padrão científico ou arbitrário.” Assim, os indicadores são uma medida obtida geralmente através de uma fórmula matemática, que possibilita a obtenção de informação acerca de um fenómeno de forma mais ou menos simples. Desta forma “a melhoria da qualidade do ambiente nos centros urbanos passa pela identificação das áreas problema e pela medição, quantificada ou qualificada da gravidade da situação.” (Partidário, 2000, pp.48). A mesma autora acrescenta que “o interesse dos indicadores reside na possibilidade de classificar ou caracterizar a qualidade do ambiente e, bem assim, o seu estado de deterioração, determinando o tipo de intervenção necessária.” (Partidário, 2000, pp. 45).

Para que determinada área urbana seja passível de uma intervenção de requalificação, o conhecimento da qualidade do seu ambiente passa pelo conhecimento de determinados indicadores, tornando-se assim possível identificar com exactidão os problemas que necessitam de soluções.

5.5. Conclusões

Os conceitos de qualidade de vida e de qualidade de ambiente urbano estão intimamente ligados ao conceito de requalificação do espaço público urbano. A contribuição dada pela Arquitectura Paisagista em muito contribui para a melhoria da qualidade do espaço público.

Os espaços verdes urbanos constituem um dos componentes importantes do ambiente urbano. É de conhecimento geral o contributo dado pela vegetação para a qualidade ambiental; no entanto não é demais reforçar e provar os benefícios ecológicos, sociais e estéticos que a vegetação traz aos espaços urbanos.

6. Caso de Estudo – Bairro Olival de Fora

O caso de estudo da presente dissertação tem como objectivo a requalificação do espaço público do Bairro Olival de Fora, conhecido vulgarmente por Bairro da Icesa ou Parque Residencial. A área de estudo não será a totalidade do bairro, tendo a proposta centrado-se numa zona que apresenta uma tipologia diferente de edifícios. Na zona de intervenção a tipologia de edificação são torres, enquanto que o resto do bairro apresenta, como tipologia de edificação, bandas. Esta zona aparenta uma maior degradação ambiental, social e habitacional.

A proposta de intervenção só foi possível com o apoio e colaboração da Divisão de Quintas Municipais e Espaços de Lazer do Departamento de Qualidade Ambiental e Sustentabilidade, na pessoa da Arquitecta Paisagista Catarina Conde e da Equipa Multidisciplinar de Requalificação Urbana na pessoa do Urbanista Luís Matas de Sousa.

6.1. Localização e Enquadramento do Bairro Olival de Fora

O caso de estudo da presente dissertação, o Bairro Olival de Fora (Figura 4 e 5), situa-se na freguesia de Vialonga, na zona sul do concelho de Vila Franca de Xira encontrando-se inserido na Área Metropolitana de Lisboa. Em termos de implantação geográfica encontra-se numa encosta orientada a Sul, o que lhe proporciona uma favorável exposição solar, conferindo-lhe benefícios micro-climáticos.

Relativamente aos limites, a zona em questão do Bairro Olival de Fora, encontra-se limitado a Sul e a Este pela Rua Soeiro Pereira Gomes, a Oeste pela Rua 28 de Setembro e a Norte pela Rua Mata do Espargal.



Figura 4 – Localização do Bairro Olival de Fora | Vialonga (fonte: www.bing.com/maps/, 2011)



Figura 5 – Zona de intervenção | Bairro Olival de Fora (fonte: www.bing.com/maps/, 2011)

6.2. Génesse do Bairro Olival de Fora

O Bairro Olival de Fora situa-se numa zona privilegiada devido à sua proximidade com a cidade de Lisboa, tendo sido implantados sectores industriais, serviços e áreas habitacionais, durante a crescente metropolização da grande Lisboa.

A elevada expansão urbanística, maioritariamente a partir dos anos 70, levou à criação de locais habitacionais destinados a uma população mais carenciada, maioritariamente

imigrantes das ex-colónias e retornados, que se vieram instalando em zonas próximas da grande Lisboa. (Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, 1996)

É neste contexto que surge o Bairro Social Olival de Fora que, à semelhança de outros bairros sociais, se caracteriza pela escassez de equipamentos e serviços, pela degradação urbanística e pela difícil inclusão da sua população.

6.3. Caracterização do Bairro Olival de Fora

6.3.1. População

A população do Bairro Olival de Fora é composta por uma grande diversidade cultural e étnica. É constituída por cerca de 6000 indivíduos maioritariamente imigrantes das ex-colónias e retornados que vivem em situações económicas bastante vulneráveis e de alienação cultural. Por vezes são excluídos ou auto-excluem-se da vida comunitária.

São essencialmente oriundos dos distritos de Lisboa e Setúbal, de Cabo Verde, Angola e Moçambique, enquanto os habitantes provenientes do concelho de Vila Franca de Xira correspondem apenas a 8,4% da população. Existem ainda algumas famílias ciganas e indianas (Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, 1996).

A variedade étnica poderá explicar a elevada densidade populacional. A dimensão das famílias é elevada (têm em média 4,5 pessoas), o que origina problemas de sobrelotação das habitações. A estrutura etária é bastante jovem: a percentagem de indivíduos com menos de 18 anos ronda aproximadamente os 44,1% e a faixa etária com mais de 65 anos não ultrapassa os 1,5%. Apesar de muito jovem a população apresenta níveis de escolaridade bastante baixos, estando a taxa de analfabetismo situada nos 4,9%. A percentagem de população activa com profissão ronda os 37,9%, pois predominam os jovens com idade não activa e crianças (Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, 1996).

As qualificações profissionais são baixas e prevalecem as profissões operárias, tais como, operários da construção civil, da indústria transformadora e operários indiferenciados, e ainda pessoal dos serviços de limpeza e administrativo. No entanto, a situação contratual é bastante débil já que apenas 42,5% dos trabalhadores possuem contrato de trabalho por tempo indeterminado, 17,9% possuem contratos a prazo e 35,5% não possuem qualquer contrato de trabalho. Não sendo possível quantificar em termos estatísticos, sabe-se no entanto que o desemprego tem uma forte incidência nas famílias do bairro (Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, 1996).

Existe ainda a situação de “desemprego camuflado”, como os vendedores ambulantes - trabalhadores por conta própria que tentam dar desta forma resposta à sua situação vulnerável.

6.3.2. Habitação

De acordo com os dados de 1996, ano em que foi feito o levantamento, o bairro é composto por 1320 habitações, sendo 408 propriedade da Câmara Municipal e 912 estando ao abrigo dos Contratos de Desenvolvimento para a Habitação. As tipologias de habitação são do tipo T2 (20%), T3 (50%) e T4 (30%). O regime de ocupação das habitações municipais dispõe de duas modalidades: 16,3% estão arrendadas, muitas vezes com rendas em atraso, e os restantes 70,2% encontram-se em propriedade resolúvel (Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, 1996).

A degradação das habitações não se deve exclusivamente à falta de cuidado dos seus moradores, mas também à má construção das mesmas (as infiltrações da água ocorrem em 33,3% das habitações) e à ausência de gestão do condomínio, o que origina também conflitos entre os moradores (Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, 1996).

6.3.3. Equipamentos, serviços e condições de vida

A fraca cobertura de equipamentos e serviços caracteriza fortemente o Bairro Olival de Fora. O número de cafés, estabelecimentos comerciais, restaurantes, agências bancárias, agências de seguros bem como os serviços de protecção civil e segurança são bastante reduzidos.

Igualmente insuficientes são os equipamentos de apoio à infância. Há cerca de 2500 crianças em idade pré-escolar e escolar, existindo uma única instituição de infância. Esta situação impossibilita muitas mães de ter vida laboral (Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, 1996).

No entanto, relativamente aos estabelecimentos de ensino primário e de ensino secundário, o bairro encontra-se bem servido: três escolas primárias (uma delas no interior do bairro) e uma escola secundária. No entanto o problema principal não está na quantidade de escolas, mas sim na elevada percentagem de insucesso escolar, que chega a atingir cerca de 54,2% das famílias, e no elevado número de saídas precoces da escola (Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, 1996).

Outra questão de insatisfação é a situação dos equipamentos de desporto e lazer: não existe no bairro nenhuma sala de espectáculos, nem bibliotecas ou cinemas. Dado este facto, não é possível encontrar actividades lúdicas e culturais (Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, 1996).

6.3.4. Principais problemas

Tal como todos os bairros desta natureza, o bairro Olival de Fora apresenta um conjunto de problemas específicos (Baptista e Martinho, 1996):

- Multiplicidade populacional quanto às origens sociais, culturais e étnicas;
- Diferenciação do regime de titularidade e ocupação das habitações;
- 13,5% de ocupação ilegal das habitações, estando a maioria bastante degradadas;
- Desorganização urbanística;
- Carência de serviços e equipamentos (apenas existe uma instituição para acolher todas as crianças), e equipamentos desportivos e de lazer;
- Elevada taxa de insucesso e abandono escolar, resultando em 40% de jovens desocupados;
- Fraco e degradado ambiente social.

6.4. Programa de Reabilitação Urbana

O Bairro Olival de Fora sofreu uma única intervenção de requalificação até ao presente, o Programa de Reabilitação Urbana (PRU). O PRU, como já foi referido em cima, teve como principal objectivo a requalificação e revitalização das áreas urbanas que apresentem problemas económicos, sociais, urbanos, de desemprego e degradação da qualidade de vida e também problemas de exclusão social e insegurança. Graças à constatação que o Bairro Olival de Fora se enquadra nos problemas que o PRU visa dar resposta, a Câmara Municipal de Vila Franca de Xira decidiu apresentar a sua candidatura (Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, 1996).

Para o sub-programa 6 – Vila Franca de Xira | Bairro Olival de Fora – os objectivos gerais da proposta de intervenção foram: a integração da população, designadamente a população jovem, a realização de acções de formação profissional e a promoção de alternativas ocupacionais, de forma a combater o desemprego, a requalificação do espaço público através da recuperação de infra-estruturas degradadas e da criação de equipamentos necessários e, por último, a criação de uma política de desenvolvimento local que vise o aumento da qualidade de vida de toda a população (Baptista e Martinho, 1996).

Relativamente à requalificação do espaço público, a intervenção foi executada através de quatro vertentes:

- Rede Viária e Repavimentação;
- Arranjos exteriores, o que beneficiou os espaços ajardinados existentes e criou novas zonas verdes;

- Reforço da iluminação pública, que, pela colocação de vários pontos de luz, melhorou as condições de segurança da zona;

- Parque infantil e mobiliário urbano que recuperou um parque infantil já existente e dotou toda a zona de mobiliário urbano, bancos, papeleiras, abrigos para transportes públicos, contentores de lixo e ecopontos para recolha selectiva de lixos (Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, 1996).

No entanto, e sem qualquer estudo que o prove, a requalificação do Bairro Olival de Fora falhou. Actualmente, o espaço público encontra-se com elevados sinais de abandono e degradação.

Em seguida, efectua-se a análise do espaço público do bairro, passados mais de dez anos da implementação do Programa de Reabilitação Urbana.

6.5. Cartas de análise do local

6.5.1. Estrutura Verde

Na carta de estrutura verde (Carta de Análise | 01 | Estrutura Verde – ver anexo), são apresentadas as zonas verdes da área do bairro em estudo. Na análise desta carta podemos observar que esta área quase não possui vegetação arbustiva e arbórea. A zona pedonal onde se encontram algumas zonas de estadia não possui qualquer tipo de vegetação. A vegetação existente encontra-se nos taludes que constituem os limites Sul e Este, sendo todavia muito diminuta, e também na zona de estacionamento. De referir ainda que a área verde existente (taludes e áreas verdes de enquadramento) possui aproximadamente 10.470 m².



Figura 6 – Carta de Análise | 01 | Estrutura Verde

6.5.2. Espaço Público

Na carta (Carta de Análise | 02 | Espaço Público – ver anexo), de espaço público considera-se o espaço pedonal, o espaço rodoviário e o espaço de estacionamento, tendo as áreas cerca de 6142 m², 3905 m² e 3199 m² respectivamente. Podemos concluir que o espaço reservado aos pedestres é elevado estando no entanto subaproveitado.



Figura 7 – Carta de Análise | 02 | Espaço Público

6.5.3. Tipologia dos Edifícios

A carta (Carta de Análise | 03 | Tipologia dos Edifícios – ver anexo), de tipologia dos edifícios, faz a análise de toda a área reservada às habitações e ao comércio. É, assim, constituído por seis torres e seis prédios em banda para habitação e algum comércio - este localizado no piso térreo das torres. A área ocupada por construção para habitação e comércio ronda os 2870 m².

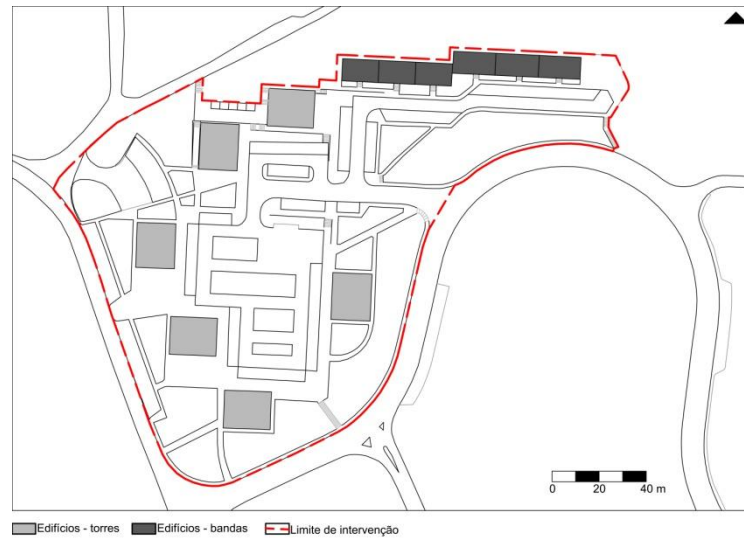


Figura 8 – Carta de Análise | 03 | Tipologia dos Edifícios

6.5.4. Usos dos edifícios

Com a análise da carta de usos dos edifícios (Carta de Análise | 04 | Uso dos Edifícios – ver anexo), podemos concluir que se trata de uma zona essencialmente residencial, constituída por seis torres e seis edifícios em banda. Como zona residencial que é, faz falta ter zonas verdes e zonas de estadia de que a população possa usufruir. É de referir que, nas torres, o piso térreo é essencialmente para comércio, encontrando-se na torre sete um café, na torre dez a Associação dos Africanos do Concelho de Vila Franca de Xira, na torre onze outros dois cafés e, por fim, a torre doze possui mais um café e a associação Nos África.

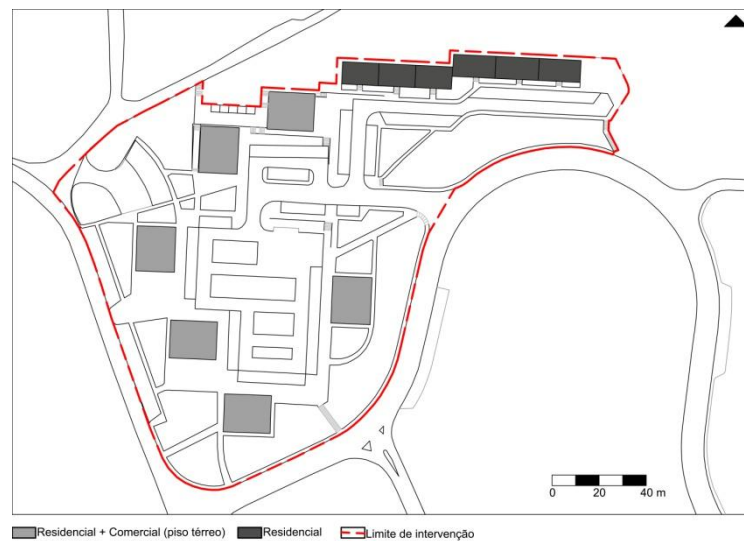


Figura 9 – Carta de Análise | 04 | Uso dos Edifícios

6.6. Selecção e cálculo dos Indicadores de Qualidade Ambiental

De forma a conhecer qual o estado actual da qualidade do ambiente urbano do Bairro Olival de Fora, procedeu-se à selecção e respectivo cálculo dos indicadores propostos por Partidário (2000).

A selecção dos indicadores baseou-se na relevância e disponibilidade de obtenção dos mesmos. Procurou-se que a selecção conseguisse abranger os aspectos que permitissem qualificar e quantificar os equipamentos, a estrutura verde, a ocupação do espaço urbano e a paisagem edificada existente.

Apresenta-se em seguida os indicadores seleccionados para o presente caso de estudo:

1. **Superfície de espaços livres de recreio** – percentagem da área urbana ocupada por espaços livres destinados a actividades lúdicas de recreio e de ocupação de tempos livres. Poderá incluir áreas desportivas de reduzida dimensão.

2. **Espaços livres de recreio per capita** – Área, por habitante, de espaços livres destinados a actividades lúdicas de ocupação de tempos livres. Poderá incluir áreas desportivas de reduzida dimensão.

3. **Índice de diversidade dos espaços livres de recreio** – Permite avaliar a diversidade da oferta em termos de tipologia de espaços de recreio. Aceita todos os tipos de espaços que se queira considerar incluindo as áreas não especializadas. Baseia-se na probabilidade de ocorrência da área afecta a determinada tipologia.

4. **Espaços verdes per capita** – Área, por habitante, de espaços verdes. Se a sua distribuição no centro urbano for muito heterogénea, deverá ser avaliado por sub-áreas de espaço urbano, podendo ser ponderado com a respectiva densidade populacional.

5. **Variedade das espécies vegetais urbanas** – Indicador da riqueza florística do espaço urbano.

6. **Percentagem de espaços verdes livres públicos** – Avalia o espaço verde disponível para o uso público. Se a sua distribuição no centro urbano for muito heterogénea, deverá ser avaliado por sub-áreas de espaço urbano, podendo ser ponderado com a respectiva densidade populacional.

7. **Percentagem de área ocupada por espaço não edificado e público** – Avalia o espaço urbano destinado à livre utilização da população presente.

8. **Percentagem de área expectante** – indica a proporção de área com uso urbano indefinido, a qual corresponde a um solo urbano não edificado mas apresentando indícios de ter entrado já num processo de alteração de uso, tais como, 1) abandono de uso agrícola; 2) nivelação por terraplanagem; 3) parcelamento (legal ou clandestino), mas ainda sem edificação; 4) abertura de ruas pavimentadas ou não; 5) infra-estruturas já executadas

(legais ou clandestinas) mas que ainda não se encontra edificado ou por as infra-estruturas serem muito recentes ou por falta de procura.

9. **Densidade de pontos de vista significativos** – Indica a proporção de perspectivas paisagísticas que constituem amenidades visuais.

10. **Índice de degradação do espaço urbano** – Avalia a proporção do espaço urbano ocupado por elementos ou actividades que reduzem fortemente a qualidade ambiental do espaço físico.

Quadro 7 – Indicadores seleccionados para o Bairro Olival de Fora

Indicadores	Unidades	Valor
Equipamentos		
1. Superfície de espaços livres de recreio.	m ² / hab.	0
2. Espaços livres de recreio per capita.	m ² / hab.	0
3. Índice de diversidade dos espaços livres de recreio.	m ²	0
Estrutura Verde Urbana		
4. Espaços verdes per capita.	m ² / hab.	1,75
5. Variedade das espécies vegetais urbanas.	espécies/ha	3,33
6. Percentagem de espaços verdes livres públicos.	%	100
Ocupação do Espaço Urbano		
7. Percentagem de área ocupada por espaço não edificado e público.	%	88
8. Percentagem de área expectante.	%	45,6
Paisagem Urbana: Estrutura Edificada		
9. Densidade de pontos de vista significativos.	Pts de vista/ha	0
10. Índice de degradação do espaço público.	ha	0

Após os resultados obtidos, podemos retirar diversas conclusões:

- Relativamente aos equipamentos conclui-se que não existe qualquer superfície destinada ao recreio. Aquando do programa PRU foram propostos espaços de recreio, tais como, o parque infantil e um campo de jogos, no entanto estes já não existem. Consequentemente, não existem opções no espaço livre que permitam a implantação de equipamentos para usufruto da população no seu tempo livre. Assim, os indicadores relativos aos equipamentos são nulos;

- Quanto à estrutura verde concluímos que todos os espaços verdes são de domínio público. No entanto estas áreas encontram-se subaproveitadas, restando apenas alguns exemplares do plano inicial a que o bairro foi sujeito. A falta de cuidados de manutenção e o vandalismo poderão ter contribuído para o estado actual de toda a estrutura verde;

- No espaço urbano a ocupação por parte do edificado é bastante inferior ao espaço urbano destinado à livre utilização por parte da população. O número de áreas expectantes, ou seja, áreas que actualmente o seu uso é indefinido pois não cumprem com o uso para o qual foram projectadas, é bastante elevado.

- Estando a zona de intervenção implantada numa zona de cotas elevadas em relação ao espaço inerente, no entanto não significa que possua vistas de elevado valor paisagístico. A perspectiva Sul, Este e Oeste é fortemente marcada pela presença de edificação. Para Norte a continuidade da encosta onde está implantada a zona de intervenção, não permite que possamos alcançar uma vista desafogada.

Apesar de algumas marcas de vandalismo, tais como, “graffitis” nas paredes e muros, algum mobiliário urbano degradado, diversas caldeiras sem árvores mas nas quais se acumula lixo, não se encontram casos que se considerem de elevado uso degradante.

Mediante as conclusões retiradas, a proposta de requalificação do espaço público do bairro Olival de Fora, visa a melhoria dos indicadores seleccionados para o presente caso de estudo.

6.7. Proposta de Requalificação do Espaço Público do Bairro Olival de Fora

6.7.1. Intenções

A proposta de requalificação apresentada para o Bairro Olival de Fora procura satisfazer as características essenciais que o espaço público deve possuir (já mencionadas no capítulo 3) são elas: IDENTIDADE, CONTINUIDADE | PERMEABILIDADE, SEGURANÇA | CONFORTO | APRAZIBILIDADE, MOBILIDADE | ACESSIBILIDADE, INCLUSÃO e COESÃO SOCIAL, LEGIBILIDADE, DIVERSIDADE | ADAPTABILIDADE, RESISTÊNCIA | DURABILIDADE e SUSTENTABILIDADE (capítulo 2).

A área em questão apresenta na sua estrutura algumas incoerências no que respeita à conexão de espaços e aos seus usos. Apesar do seu potencial, os espaços encontram-se bastante fragmentados e desconectados uns dos outros, Consequentemente, a sua qualidade é reduzida.

Pretende-se com este projecto de requalificação que o espaço público existente no Bairro Olival de Fora volte a atrair os seus moradores.

As intenções desta intervenção passam essencialmente pela criação de:

- Uma estrutura verde, que actualmente é bastante fragmentada e dispersa;
- Zonas de estadia e recreio onde seja possível que os cidadãos se conheçam e interajam entre si;
- Um ponto central que imprima ao espaço uma identidade própria;
- Redução da zona de estacionamento, actualmente ocupando grande parte da zona de intervenção;

6.7.2 Proposta

A proposta de requalificação do espaço público do Bairro Olival de Fora (figura 11) visa o incremento dos conceitos analisados ao longo de todo o trabalho e a melhoria dos indicadores que demonstram que a qualidade do ambiente urbano na área de intervenção é bastante fraca. (ver anexo)



Figura 10 – Ante-Projecto | 05 | Plano Geral

Procedeu-se então à respectiva análise do estado em que se encontra o espaço público do bairro Olival de Fora e à respectiva formulação de uma proposta de intervenção.

O centro da zona de intervenção, ou seja, a zona confinada pelos edifícios, encontra-se preenchida com um único uso, o estacionamento (figura 12). De facto esta é uma zona residencial, sendo por isso necessário que os moradores tenham sítios onde estacionar, no entanto, esta não constitui a melhor localização para o efeito.



Figura 12 – situação actual - estacionamento central (foto de autor, 2011)

O estacionamento que serve toda zona de intervenção encontra-se delimitado exclusivamente por linhas orientadores pintadas no asfalto, o que leva a que por vezes o estacionamento não se concretize dentro dos locais indicados. Quanto material vegetal existente, consiste em seis árvores (*Cupressus sempervirens*) inseridas em caldeiras, no entanto, existem mais caldeiras sem quaisquer árvores, o que constitui por vezes áreas propícias à acumulação de lixo (figura 13).



Figura 13 – Situação actual - caldeiras das árvores (foto de autor, 2011)

A proposta de requalificação visa a criação de um elemento que imprima uma identidade própria ao espaço. Assim, propõe-se retirar o estacionamento central, deixando um espaço amplo para a criação de uma praça que possibilite a permanência dos cidadãos. O seu carácter de estadia e de permanência tem o intuito de promover relações entre os cidadãos, tornando-se assim um espaço de inclusão e coesão social.

Através da introdução de mobiliário urbano e de material vegetal, pretende-se que a praça, elemento central, atraia os seus moradores e também outros cidadãos.

A escolha do material vegetal recai sobre espécies autóctones devido às vantagens em termos de sustentabilidade de manutenção do espaço. A vegetação autóctone possui uma maior capacidade de adaptação ao meio e requer menores cuidados de manutenção. (Soares, s/data).

Propõe-se a introdução de árvores de folha caduca com a finalidade de que no Verão seja mais aprazível a estadia dos cidadãos devido ao ensombramento proporcionado, e no Inverno se torne um espaço amplo onde penetre a luz solar. A escolha do mobiliário urbano recai sobre bancos de betão rodeando as árvores. Esta escolha deve-se à durabilidade e resistência do material em causa, reduzindo assim a possibilidade de degradação por vandalismo.

O pavimento proposto será igual ao existente em toda a área pedonal, com a intenção de dar continuidade e uniformidade a toda a zona; os “caminhos orientadores”, ou seja, os caminhos que insinuam as entradas e saídas da praça serão em blocos de betão do tipo “Alfa” e o restante em lajetas do tipo “Betoplan”, tal como nas zonas de estadia. Existem algumas zonas onde o pavimento se encontra degradado, propondo assim a sua reposição.

O estacionamento será garantido nas zonas adjacentes aos prédios.

Estando a zona de intervenção num ponto alto do Bairro Olival de Fora, esta encontra-se circundada por taludes, tendo estes uma maior inclinação a Este e menor a Oeste, e por zonas denominadas por áreas ajardinadas de enquadramento, que são normalmente zonas sobranes que enquadram edifícios e/ou equipamentos sem uso definido (figura 14 e 15).



Figura 14 – Situação actual dos limites - taludes (foto de autor, 2011)



Figura 15 – Situação actual - áreas ajardinadas de enquadramento (foto de autor, 2011)

Actualmente os limites da área de intervenção, os taludes, encontram-se com um enorme défice de material vegetal ao nível arbóreo e arbustivo. Pretende-se então que seja feita a sua estabilização recorrendo à utilização dos três estratos de vegetação, arbórea, arbustiva e herbácea.

A proposta de reposição de material vegetal nos taludes passa por introduzir espécies de folha caduca e de folha persistente, de forma a promover a permeabilidade para dentro e fora do bairro, conseguindo assim introduzir também diversidade de espécies. Não se pretende que os taludes sejam locais que contribuam para o aumento da insegurança através da ocultação visual por parte da vegetação, e por isso mesmo a sua densidade não deverá ser elevada.

As áreas ajardinadas de enquadramento encontram-se fragmentadas e sem uso definido, o que acarreta consequências ao nível da sua legibilidade e da continuidade da estrutura verde e caminhos. A proposta para a estrutura verde tem como objectivo garantir a sua continuidade de forma a permitir uma melhor e mais fácil manutenção.

A fim de conseguir a continuidade da estrutura verde e das acessibilidades propõe-se suprimir algumas destas áreas e agregar outras. Por exemplo, uma das torres possui no seu piso térreo a Associação dos Africanos de Vila Franca de Xira; o espaço adjacente consiste em três áreas ajardinadas de enquadramento de reduzida dimensão. Optou-se, assim, por suprimir dois desses espaços criando uma zona de estadia com árvores que permitam criar uma zona ensombrada e bancos de forma a possibilitar que os cidadãos que frequentam a associação se possam reunir no exterior em dias soalheiros.

As acessibilidades serão garantidas através de rampas já existentes e de passeios nunca inferiores a um 1,60m de largura.

Também a zona pedonal se encontra subaproveitada. Possui caldeiras sem árvores, tal como no estacionamento central, e o pouco mobiliário urbano que existe não se encontra nas melhores condições. (figura 16)



Figura 16 – Situação actual – Mobiliário urbano (foto de autor, 2011)

A proposta passa pela criação de zonas de estadia ensombradas recorrendo à utilização de por árvores em caldeira, e por mobiliário urbano que convide à permanência. Junto a estas zonas, para os mais novos, propõe-se que existam jogos pintados no chão, jogos como o “avião” e como o *twister*, para que tenham uma zona lúdica e de recreio.

Os alinhamentos de árvores junto aos caminhos de acesso têm o intuito de evidenciar as entradas e saídas da zona de intervenção.

Pretende-se assim criar zonas onde a inclusão e coesão social seja potenciada; que todos os espaços sejam “abertos” a todo o tipo de cidadãos.

Um ponto essencial à segurança passa necessariamente pela iluminação, assim, esta deverá ser garantida em toda a área de intervenção.

7. Conclusão

O presente trabalho permitiu constatar que o conceito de espaço público é muito mais que o espaço livre de edificação. Se inicialmente parecia um só conceito a definir, depressa se entendeu que seria mais do que isso. Conceitos como identidade, legibilidade, inclusão e coesão social fazem parte de um conjunto importante de termos que nos ajudam a entender o conceito de espaço público.

Por ser reconhecido o valor que o espaço público possui na sociedade, têm sido desenvolvidos e implementados programas que visam a sua recuperação, essencialmente, os que se encontram degradados. No entanto, não existe em Portugal uma obrigatoriedade relativamente à avaliação da qualidade dos espaços públicos, o que leva por vezes a que tenhamos a percepção de que determinado espaço não é funcional, ou seja, não cumpre o objectivo para o qual foi projectado, mas sem que se saiba a razão ou as razões dessa falha.

A qualidade do espaço público depende da sua capacidade de atrair e estimular a permanência dos cidadãos.

É de salientar a importância que os espaços verdes urbanos possuem na qualidade das cidades. Já são reconhecidos pelos cidadãos os seus inúmeros benefícios ecológicos e estéticos mas os seus benefícios sociais ainda não são reconhecidos de forma consciente pela maioria dos cidadãos. Assim, o presente trabalho dá um grande enfoque a esta temática.

No caso prático da presente dissertação, o Bairro Olival de Fora, coloca-se em prática os conceitos analisados ao longo de todo o trabalho, tendo-se procurado conceber uma proposta de requalificação para o espaço público que integre todos os conceitos que se consideram imprescindíveis ao espaço onde a sociedade se torna visível.

Como nota final, há que referir a crescente importância do tema, pois actualmente procura-se dar resposta aos espaços carentes de qualidade.

8. Referências bibliográficas

- Almeida, A. L. B. S. S. L.** 2006. *O Valor das Árvores – Árvores e Floresta Urbana de Lisboa*. Tese de Doutoramento em Arquitectura Paisagista. Instituto Superior de Agronomia, Universidade Técnica de Lisboa. Lisboa.
- Alves, F. M. B.** 2003. *Avaliação da Qualidade do Espaço Público Urbano. Proposta Metodológica*. Fundação Calouste Gulbenkian. Fundação para a Ciência e a Tecnologia. Lisboa.
- Anónimo.** (s/ data). *PPS - Project for Public Spaces. What Makes a Successful Place?* Disponível em: <http://www.pps.org/articles/grplacefeat/>. Acedido em: 1 de Novembro de 2011.
- Antunes, P. et al.** 2009. *Gestão Sustentável de Espaços Públicos – Guia Metodológico*. Departamento de Ciências e Engenharia do Ambiente. Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa. Caparica.
- Ávila, S.** 2011. *A Cidade como Personagem no Cinema*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Arquitectura, Universidade Técnica de Lisboa. Lisboa.
- Baptista A. e Martinho M.** 1996. *Programas Urban e Reabilitação Urbana*. Direcção Geral do Desenvolvimento Regional. Lisboa.
- Benson, J. F. e Roe, M.** 2007. *Landscape and Sustainability* (pp. 138-166). Oxon: Routledge.
- Borja, J. e Muxi, Z.** 2001. *El Espacio Público : Ciudad y Ciudadania*. Electa. Barcelona.
- Brandão, P.** (Coord.). 2002. *O chão da cidade : Guia de Avaliação do Design de Espaço Público*. Centro Português do Design. Lisboa.
- Brandão, P. e Remesar, A.** 2004. *Design Urbano Inclusivo*. Centro Português de Design. Lisboa.
- Brandão, P.** 2008. *A identidade dos lugares e a sua representação colectiva. Bases de orientação para a concepção, qualificação e gestão do espaço público*. Direcção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano. Lisboa.
- Câmara Municipal de Vila Franca de Xira.** 1996. *Reabilitação Sócio-Urbanística do Bairro de Olival de Fora*. Câmara Municipal de Vila Franca de Xira. Vila Franca de Xira.

Chaves, S. P. 2005. *Conceito Europeu de Acessibilidade*. Secretariado Nacional para a Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência. Lisboa. Disponível em: http://accessibilidade.cm-lisboa.pt/fileadmin/DAS-NA/Biblioteca/Design_Inclusivo/Conceito_europeu_de_acessibilidade_V2_Portugues.pdf. Acedido em: 15 de Setembro de 2011.

Cowan, R. S/ data. *Placecheck*. Disponível em: http://www.placecheck.info/placechecklist_summary.htm. Acedido em: 1 de Setembro de 2011.

EEA. 2010. *O Ambiente na Europa — Situação e Perspectivas 2010: Síntese*. Agência Europeia do Ambiente. Copenhaga. Disponível em: <http://www.eea.europa.eu/soer/synthesis/o-ambiente-na-europa-2014>. Acedido em: 16 de Novembro de 2011.

Favacchio, A. R. 2002. *O Planeamento do Espaço Público e a Qualidade das Cidades*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Arquitectura, Universidade Técnica de Lisboa. Lisboa.

Francisco, M. D. 2005. *Espaço Público Urbano: Oportunidade de Identidade Urbana Participada*. Faculdade de Ciência Sociais e Humanas. Universidade Nova de Lisboa. Lisboa. Disponível em: http://www.apgeo.pt/files/docs/CD_X_Coloquio_Iberico_Geografia/pdfs/053.pdf. Acedido em: 2 de Setembro de 2011.

Fonseca, A., Pimentel, C., Vasconcelos, M. 2005. *Critérios e Indicadores de Espaços Verdes Urbanos – Aplicação do Modelo Urge a Espaço verdes em Portugal*. Lisboa.

Lynch, K. 2009. *A Imagem da Cidade*. Edições 70. Lisboa.

Guerra, I. et al. 2005. *Políticas Públicas de Revitalização Urbana: reflexão para formulação estratégica e operacional das actuações a concretizar no QREN*. Relatório Final. ISCTE / CET. Observatório do QCA III. Lisboa.

Magalhães, M. R. 1992. *Espaços Verdes Urbanos*. Direcção Geral do Ordenamento do Território, Ministério de Planeamento e da Administração do Território. Lisboa.

Magalhães, M. R. 2001. *A Arquitectura Paisagista – Morfologia e Complexidade*. Editorial Estampa. Lisboa.

Melo, F. B. 2005. *Proposição de Medidas Favorecedoras à Acessibilidade e Mobilidade de Pedestres em Áreas Urbanas. Estudo de Caso: O Centro de Fortaleza.* Dissertação de Mestrado, Programa de Mestrado em Engenharia de Transportes. Universidade Federal do Ceará. Fortaleza.

Moreira, G. 2007. *Requalificação Urbana – Alguns Conceitos Básicos.* Revista Artitextos nº 5. Faculdade de Arquitectura, Universidade Técnica de Lisboa. Lisboa. Disponível em: <http://www.repository.utl.pt/handle/10400.5/1802?mode=full>. Acedido em: 10 de Outubro de 2011.

Organização de Cooperação e Desenvolvimento Económico. 2002. *Rumo a um Desenvolvimento Sustentável: Indicadores Ambientais.*

Partidário, M. R. 2000. *Indicadores de Qualidade do Ambiente Urbano.* Direcção-Geral de Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano. Lisboa.

Santos, L. D. e Marques, I. 2002. *A Qualidade de Vida Urbana: o caso da cidade do Porto.* Working Papers da Faculdade de Economia. Universidade do Porto. Porto.

Simões, J. F. e Bispo, R. 2006. *Design Inclusivo – Acessibilidades e Usabilidade em Produtos, Serviços e Ambientes, Vol. 1.* 2ª Edição. Centro Português de Design. Lisboa.

Soares, F. S/data. *Plantas Autóctones.* Retirado a 14 de Novembro, disponível em: <http://sigmetum.blogspot.com/>

Legislação consultada:

Lei nº 11/ 1987 de 7 de Abril – Lei de Bases do Ambiente (alterada pela Lei nº 13/2002 de 19 de Fevereiro). *Diário da República nº 81, Série I de 11 de Abril de 1987.* Pp. 1386 – 1397.

Decreto-Lei nº 163/2006 de 8 de Agosto -

Diário da República, 1.ª série – N.º 152 – 8 de Agosto de 2006. Pp 5670 – 5689.

ANEXOS

Anexo A

Método de avaliação – Urban Design Alliance - Placecheck

Terceira fase - Parte C (adaptado de Cowan, s/ data)

Relativamente às pessoas/entidades que devem ser envolvidas no processo e de que forma devem ser envolvidas:

A - Quem necessita de estar envolvido nas melhorias do lugar?

- A1)** Partes interessadas – quem está interessado e/ou preocupado com o futuro do lugar?
- A2)** Conhecimento local – quem tem o conhecimento local?
- A3)** Finanças – quem gere o orçamento que será utilizado na melhoria do local?
- A4)** Controlo, regulação e padrões – Quem controla, regula e estabelece padrões?
- A5)** Política – quem elabora políticas, planos, ordens e estratégias para o local?
- A6)** Opinião – quem dá opinião no local?
- A7)** Acção – quem faz com que as coisas aconteçam?
- A8)** Colaborações – como trabalham todos os cidadãos neste método? E depois?

B - Quais os recursos locais disponíveis para que os cidadãos se queiram envolver no processo?

- B1)** Apoio – que recursos (incluindo serviços de informação e aconselhamento, locais para exposições, programas de treino, programas de subvenções e iniciativas financiadas)?
- B2)** Aptidões – que aptidões estão disponíveis para ajudar a melhorarem um lugar? Como é que os conhecimentos técnicos e as diferentes competências profissionais podem ser disponibilizadas para as pessoas delas possam usufruir?
- B3)** Orientação – que orientação ou conhecimentos podem as autoridades locais ou outros organismos com capacidade de decisão fornecer?
- B4)** Foco – existe algum espaço que possa ser usado para reuniões e exposições, e que forneça apoio logístico para o processo de melhoramento?
- B5)** Preparação - As organizações locais precisam de auxílio para que possam efectivamente estar envolvidas no processo?
- B6)** Novas partes interessadas - Algum grupo ou individualidade com interesse para futuro do lugar precisa de ser organizado ou apoiado?

B7) Avaliações - Já foi feita alguma avaliação útil (avaliação da conservação da área, avaliações do desenho urbano, ou uma avaliação histórica) em qualquer parte da área de estudo?

B8) Manter a população envolvida - O que é que pode ser feito para garantir que a população consultada continue a manter um papel activo na implementação da estratégia adoptada, em vez de ser deixada ao cuidado de outras organizações e profissionais?

B9) Debate popular - deve ou não ser organizado um debate popular para reunir um grande número de pessoas para serem discutidos assuntos de interesse comum de modo a formar uma base de acção continuada.

C - Que outros métodos podemos utilizar para desenvolver as ideias sobre as melhorias a fazer ao lugar?

C1) Abordagem comuns - Devem ser organizados eventos para identificar interesses em comum, discutir ideias, partilhar informações e experiências e permitir às pessoas que se organizem de modo a formarem grupos de trabalho focados num tema específico?

C2) Sessões de trabalho sobre desenho - Deverão ser organizadas sessões de trabalho que abranjam um vasto leque de participantes para que em conjunto possam explorar mais ideias de desenho para uma área.

C3) Planeamento de acções - Deverão ser organizados eventos para o planeamento das acções a tomar, de modo a permitir que a população local e equipas de profissionais possam explorar e debater ideias para o desenho da área, durante um ou mais dias?

C4) Seleccionar prioridades - Deverão os residentes e população local em geral fazer um modelo da sua zona para ajudar a decidir quais as acções prioritárias?

D - Como podemos retirar o máximo partido de outros programas e recursos?

D1) Assembleia - Como podemos ajudar o município com os seus próprios programas e recursos para melhorar a área?

D2) Educação e formação - Como podem as ligações ser desenvolvidas com a educação e programas de treino locais?

D3) Desenvolvimento sustentável – Como podem ser estabelecidas ligações com as autoridades locais para as iniciativas de desenvolvimento sustentável?

D4) Desenvolvimento económico - Como podem ser feitas ligações entre o desenvolvimento económico e as estratégias de melhoria ambiental a nível local?

D5) Transporte – Como podem ser estabelecidas ligações entre iniciativas pedestres e cicláveis e outras iniciativas?

D6) Subsídios – Que subsídios estão disponíveis a nível local?

D7) Inclusão social – Como podem ser estabelecidas vínculos entre a regeneração da “vizinhança” e as iniciativas de inclusão social?

D8) Mercado - Qual é o conhecimento disponível sobre como a economia local e o mercado imobiliário são susceptíveis de influenciar o desenvolvimento?

E - Como podemos aumentar a nossa visão?

E1) Inspiração – Como podem os líderes locais (das autarquias, dos negócios locais, da educação) introduzir exemplos inspiradores de regeneração urbana?

E2) Visitas de estudo – Onde devem ser organizadas visitas de estudo?

E3) Educação ambiental – Como pode a educação ambiental nas escolas ajudar os decisores e líderes cívicos a entender que os sítios se alteram?

F - Que outras iniciativas podem ajudar a melhorar o lugar?

F1) Gestão local – Deve ser criada uma gestão local, ou já existe e deverá ser desenvolvida?

F2) Projecto – Deve ser lançado um projecto que envolva diversas pessoas e entidades?

F3) Redes – Como podem ser desenvolvidas redes que juntem pessoas com os meus interesses no que toca à melhoria do local?

F4) Juventude – Deverá existir uma organização de jovens que desenvolvam programas, eventos, exposições e intercâmbios entre jovens acerca de questões ambientais?

F5) Concurso de ideias - Deverá ser lançado um concurso de ideias para atrair o interesse e explorar novas abordagens e inspirar a acção das pessoas?

F6) Programa de prémios – Deverá ser elaborado um esquema para premiar as melhores contribuições para a área?

F7) Celebração – Devem ser organizados festivais locais ou outros eventos para comemorar o carácter distinto da área?

F8) Auto-ajuda – Como podem as iniciativas criadas por associações de moradores e outras associações e grupos interessados, ser iniciadas e apoiadas?

F9) Instalações – Quais as instalações que fazem falta ao lugar?

Relativamente à experiência e uso atribuído a cada lugar por parte dos cidadãos:

G - Como podemos tornar este lugar mais especial?

G1) Avaliação dos prédios – Quais os edifícios e estruturas importantes que devem ser conservados? Já estão abrangidos por leis de conservação ou já deveriam estar?

G2) Estilo local - Existem técnicas de construção locais, práticas e materiais que devem inspirar a construção actual?

G3) Escala – a área possui uma escala geral de construção dos edifícios que deve ser seguida para as construções no futuro?

G4) Identidade - Existem ruas especiais ou espaços especiais cujo carácter é vital para a identidade de toda a área?

G5) Destaques - Como pode a configuração ou a aparência dos melhores edifícios e espaços melhorada?

G6) Vistas panorâmicas – Existem vistas panorâmicas (ou possibilidade de cria-las) que o desenvolvimento deve respeitar?

G7) Arte urbana – Existem obras de arte urbana que aumentem o carácter próprio do lugar e a sua identidade própria?

G8) Referente ao passado – Qual o tipo de informação (tais como, mapas e livros de história) disponível acerca do desenvolvimento do local? Que aspectos históricos do local podem ser aproveitados?

G9) Protecção – A área é protegida (como uma área de conservação, por exemplo)?

H - Como podemos tornar este lugar mais “verde”?

H1) Características naturais – Quais os recursos naturais importantes a conservar e a enfatizar?

H2) Material vegetal – Onde podem ser plantadas árvores e arbustos para formar vistas, gerar sub-espaços, melhorar o aspecto de edifícios ou infra-estruturas menos bonitas, garantir diversidade e atrair animais silvestres?

H3) Parques - Existem lugares onde um parque ou espaço verde necessita de ser criado ou melhorado?

H4) Corredores verdes – Existem locais onde podem ser criados corredores verdes para as pessoas e/ou animais silvestres?

H5) Ecologia – Que estruturas existem de melhoramento e apoio à vida silvestre? Que mais é necessário fazer para atrair e proteger os seres vivos (fauna e flora)?

H6) Sebes – Onde devem ser plantadas árvores em abundância que sirvam de protecção em relação ao vento e à sombra do sol?

H7) Linhas de água – Existem linhas de água (superficiais ou subterrâneas) que podem ser melhoradas?

I - Como podem as ruas e os espaços públicos ser mais seguros e agradáveis para os transeuntes?

I1) Segurança – Existem locais onde as pessoas se sintam inseguras durante o dia e a noite? O que pode ser feitas para tornar esses locais seguros?

I2) Voltado para a rua – Existem edifícios que o que deveria estar voltado para a rua seriam as janelas e as portas e não uma fachada branca?

I3) Quintais – Regra geral os jardins privados das casas são mais seguros do que os jardins voltados para as áreas expostas e movimentadas. Existem lugares onde os novos desenvolvimentos ou outras melhorias podem contribuir para isso?

I4) Espaço público e privado – É difícil distinguir entre o que são espaços públicos e o que são espaços privados? Se sim, como podemos facilitar esse processo?

I5) Lacunas – Existem lacunas de construção nas fachadas dos edifícios que diminuem a qualidade da rua? Se sim como pode ser resolvidos? Em alternativa, como pode um local desses ser atractivo para os pedestres?

I6) Sensação de clausura – Ruas, parques, praças e outros espaços públicos estão muitas vezes rodeados por edifícios e/ou árvores, proporcionando uma escala confortável aos cidadãos. Quais os meios disponíveis para criar esse sentido de escala confortável?

I7) Redução do tráfego automóvel – Existem ruas e cruzamentos onde se pode reduzir o trânsito de forma a que se pareçam mais com espaços públicos?

I8) Vistas – Existem lugares onde as ruas e os espaços abertos poderiam ser mais seguros se os edifícios tivessem vistas para ai?

I9) Iluminação – Existem locais onde a iluminação pode ser melhorada ou locais onde o excesso de luz se torna desconfortável?

I10) Viver por cima de lojas – Existe potencial em locais onde os edifícios possuem lojas nos seus pisos térreos?

I11) Pisos térreos – Podem os pisos térreos dos edifícios ser atractivos atraindo os cidadãos?

I12) Parques de estacionamento – Haverá parques de estacionamento com entrada virada directamente para a rua e onde um uso mais activo por parte dos pedestres, permita manter a qualidade da mesma?

I13) Detalhes – Existem edifícios que carecem de detalhes atractivos, nomeadamente ao nível dos pisos térreos, de forma a serem atractivos aos cidadãos?

J - De que outra forma podem os espaços públicos ser melhorados?

J1) Espaço vazio – Existe algum espaço público sem uso? Como poderemos voltar a utilizá-lo?

J2) Abrigos - Existem lugares ventosos? Que se pode fazer em relação isso?

J3) Arte urbana - A arte urbana contribui para a identidade do espaço público?

J4) A vida na rua – Os espaços públicos necessitam de ser alterados de forma a permitir a instalação de vida social, económica e cultural (tais como, mercados, feiras, restaurantes, cafés, etc.)?

J5) Lixo – Existem locais onde se acumula lixo?

J6) Poluição – Existe poluição atmosférica e/ou poluição na água?

J7) Ruído – Existem locais onde o impacto da poluição sonora deve ser reduzida?

J8) *Graffiti* – Existem locais com graffiti? É necessário removê-los? Como podemos prevenir isso?

J9) Espaços limpos – Existem ruas ou outros locais que necessitam de ser limpos?

J10) Lixo – Existem locais onde se torne necessário instalar caixotes do lixo para evitar trabalhos de limpeza da rua?

J11) Manutenção – Está bem definido quem é responsável pela manutenção do espaço público? Se não está, quem pode ser responsável?

J12) Pragas – Existem problemas com pombos, ratos e/ou outros animais?

K – Como pode ser tornado o lugar mais acolhedor e legível?

K1) Landmarks – São necessários novos landmarks (ponto de referência) para que as pessoas possam apreender o espaço mais facilmente?

K2) Vistas – Existem locais onde as vistas necessitam de “ser melhoradas”?

K3) Esquinas – Existem esquinas que poderiam funcionar como landmarks?

K4) Entradas - O que pode ser feito para marcar um lugar que funciona como entrada para uma determinada área?

K5) Edifícios públicos – Existem edifícios públicos que deveriam estar melhor localizados e possuir melhores acessibilidades?

K6) Entradas – Necessitam as entradas dos edifícios públicos ser mais acolhedoras?

Iluminação – Existem locais onde a iluminação deve ser melhorada de modo a aumentar a segurança?

K7) Sinalização – Existem locais onde a sinalização é necessária?

K8) Primeira impressão – Dão os sinais uma correcta primeira impressão?

K9) Toponímia – Estão os nomes das ruas e das construções visíveis?

L - Como pode o lugar ser adaptável a futuras alterações?

L1) Flexibilidade – O que pode ser feito para garantir que os edifícios novos são concebidos para possuir diversos tipos de utilização?

L2) Multifuncionalidade – Como pode ser alcançada a multifuncionalidade?

M – Como podem os recursos serem bem utilizados?

M1) Energia – Como podem os edifícios existentes e os edifícios novos minimizar o seu uso de energia? (está relacionado como a construção do edifício, a sua orientação, etc.)

M2) Solo – Estão edifícios ou áreas subaproveitadas? O que pode ser feito para reverter essa situação?

M3) Materiais – Quais os materiais locais disponíveis provenientes de fontes locais e sustentáveis?

N – O que deve ser feito de forma a melhorar os transportes públicos?

N1) Densidade – O que deve ser feito para assegurar que a densidade de desenvolvimento é elevada onde os acessos aos transportes públicos são melhores?

N2) Paragens de autocarros – Estão as paragens de autocarros bem localizadas? Necessitam de mais iluminação? São seguras?

N3) Prioridade dos autocarros – Pode ser dada maior prioridade aos autocarros nas faixas específicas para os transportes públicos?

N4) Partilha das faixas – Podem as faixas específicas para os autocarros ser utilizadas também por ciclistas?

N5) Estações de comboio – São as estações de comboio acessíveis a partir de qualquer ponto?

O - Como podem os percursos estar melhor interligados?

O1) Ligação entre espaços públicos – Existem espaços públicos que necessitam de melhores ligações para os pedestres?

- O2)** Ruas para as pessoas – Existem ruas que parecem ter sido projectadas só a pensar nos automóveis? Necessitam de ser adaptadas para poderem ser utilizadas pelos pedestres?
- O3)** Percursos pedonais - Existem percursos pedonais que necessitam de ser regularizados e repavimentados com materiais anti-derrapantes? Limpos para que possam ser mais facilmente reconhecidos? É necessário melhorar a sua iluminação, mudar a disposição do mobiliário urbano para que se tornem menos desorganizados ou serem mais interessantes em termos de traçado?
- O4)** Conexão entre percursos – Existem percursos que podem ter melhores conexões de modo a que mais pessoas os utilizem tornando-os assim mais seguros?
- O5)** Mobilidade suave (bicicleta) – O que é necessário fazer para encorajar os cidadãos a andar de bicicleta? E como podem os percursos ser seguros para os cidadãos que andam de bicicleta e para os pedestres?
- O6)** Intersecções – Deviam as intersecções ser melhoradas no sentido de serem mais facilmente reconhecidas conferindo uma identidade própria ao local?
- O7)** Avenidas - Existem lugares onde os edifícios estão com as traseiras viradas para a rua principal e que as poderiam requalificar as suas fachadas se essa mesma rua se transforma-se numa avenida?
- O8)** Barreiras – Como tornar o espaço acessível a todos os cidadãos?
- O9)** Ligações directas – Quais os locais para onde os pedestres se deslocam que necessitam que a ligação seja melhorada, tornando-a mais directa?
- O10)** Cruzamentos – Os cruzamentos estão nos sítios correctos? Estão onde são necessários?
- O11)** Avenidas – Existirão ruas onde se possam desenvolver as qualidades de uma avenida tradicional, tais como poder parar, estacionar, conduzir sem presa e ter passeios largos?
- O12)** Velocidade da circulação automóvel - Existem sítios onde o modelo de desenvolvimento (por exemplo, uso de raios de curvatura mais pequenos em alternativa a curvas abertas) poderia adoptar zonas de velocidade reduzida?
- O13)** Estacionamento – Existem locais onde o estacionamento pode ser melhorado, reduzido ou controlado?
- O14)** Zona de cargas e descargas - Existem zonas de cargas e descargas que necessitam de se tornar mais seguras ou estarem localizadas num local mais indicado de modo a não criar transtorno aos demais utilizadores da via?

Anexo B

Método de avaliação – O Chão da Cidade - Checklist

Tabela dos critérios específicos (Brandão, 2002):

	Pontos fortes	Adequado	Pontos fracos	N/ Aplicável
Elementos e estruturas naturais -Dimensionamento/posicionamento (escala, relação com a envolvente, ...)				
Serviço/performance (aspectos cénico-simbólicos, controlo microclimático, ...)				
Conservação/resistência (capacidade de carga, exigências de manutenção, ...)				
Coerência/integração (no espaço e paisagem urbanos e na dinâmica do ciclos naturais, ...)				
Elementos de expressão artística (arte pública) Dimensionamento/posicionamento (especificidade do local, escala relação com a envolvente, vistas, panoramas, ...)				
Serviço/performance (lúdico-social, económico-institucional, educativo-cultural, cívico, ambiental ...)				
Conservação/resistência (longevidade, resistência as intempéries e ao vandalismo, manutenção, ...)				
Coerência/integração (no espaço, envolvimento da comunidade, ...)				
Elementos e sistemas de comunicação urbana Dimensionamento/posicionamento (interferência com vistas, panoramas, condições de circulação a apreensão, área de influência, ...)				
Serviço/performance (legibilidade, modularidade, eficácia, acessibilidade visual, funções de orientação, direcção, identificação,				

regulação, ...)

Conservação/resistência
(resistência as intempéries e ao
vandalismo dos suportes,
manutenção, ...)

Equipamentos e mobiliário urbano

A ponderar para cada tipo de equipamento e mobiliário.

Estruturas e sistemas de iluminação

Dimensionamento/posicionamento
(relação funcional/formal com a
envolvente, identidade, ...)

Serviço/performance (desenho,
funcionalidade, acessibilidade,
modularidade, diversidade,
simbolismo, segurança, conforto,
...)

Conservação/resistência
(resistência as intempéries e ao
vandalismo, manutenção,
facilidade de (des) montagem e de
substituição de componentes,
consumo, ciclo de vida)

Coerência/integração (no espaço e
na paisagem urbanas, ...)

Infra-estruturas viárias e transportes (ruas e passeios)

Dimensionamento/posicionamento
(relação funcional/formal com a
envolvente e com os fluxos de
circulação, dotação de
estacionamento, níveis de
velocidade)

Serviço/performance (desenho,
funcionalidade, acessibilidade,
segurança, conforto, ...)

Conservação/resistência (relação
com as infra-estruturas, materiais,
facilidade de manutenção, ...)

Coerência/integração (no espaço e
paisagem urbanas, na rede viária e
na dinâmica dos locais, ...)

Infra-estruturas subterrâneas

Dimensionamento/posicionamento
(relação funcional/formal com a
superfície, ...)

Serviço/performance (desenho, funcionalidade, acessibilidade, segurança,..)

Conservação/resistência (relação com a superfície, facilidade de manutenção e substituição, ...)

Coerência/integração (no espaço urbano, na rede viária e na dinâmica dos locais, ...)

Estacionamento

Dimensionamento/posicionamento (dotação, relação funcional/forma com a envolvente e com os fluxos de circulação)

Serviço/performance (desenho, funcionalidade, acessibilidade, segurança, conforto, ...)

Conservação/resistência (relação com as infra-estruturas, materiais, facilidade de manutenção, ...)

Coerência/integração (no espaço e paisagem urbanos, na rede viária e na dinâmica dos locais, ...)

Pavimentos

Dimensionamento/posicionamento

Serviço/performance (desenho, funcionalidade, acessibilidade, segurança, conforto, simbolismo ...)

Conservação/resistência (relação com as infra-estruturas, materiais, facilidade de manutenção e substituição, ...)

Coerência/integração (no espaço e paisagem urbanos, na rede viária e na dinâmica dos locais, ...)

Avaliação da coerência, pregnância e outras qualidades do desenho

Avaliação global do projecto
